

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 141/2023
Data: 22/08/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O PAPEL DOS PORTOS	4
PROJETOS EM CONFLITO COM MEIO AMBIENTE NÃO DEVEM SER DESCARTADOS, DIZ RENAN FILHO.....	5
GUARUJÁ ESPERA TRIBUNAL DE CONTAS PARA RETOMAR LICITAÇÃO DO AEROPORTO CIVIL METROPOLITANO	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	7
AUDIÊNCIA PÚBLICA - ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TERMINAL EM SANTANA.....	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	9
EDITORIAL – HIDROVIAS: INVESTIMENTOS ESTADUAIS, IMPACTO NACIONAL	9
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	9
<i>Leilão 1</i>	9
<i>Leilão 2</i>	10
<i>Leilão 3</i>	10
<i>Homenagem</i>	10
<i>Terminal portuário</i>	10
SEM CATEGORIA - RENAN COBRA APROVAÇÃO DO ARCABOUÇO E ANUNCIA PLANO DE INVESTIMENTO	10
NACIONAL - “NÃO HÁ RAZÃO PARA SE PREOCUPAR AGORA”, DIZ MEMBRO DA FRENLOGI SOBRE TROCA NO MINISTÉRIO...	11
NACIONAL - LIVE DEBATE PRÁTICAS ESG NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO	12
REGIÃO NORDESTE - ESQUADRA JAPONESA VISITA O PORTO DO RECIFE HOJE.....	13
REGIÃO SUDESTE - SP FAZ 1ª DETONAÇÃO SUBAQUÁTICA PARA AMPLIAÇÃO DO CANAL DE NOVA AVANHANDAVA.....	14
REGIÃO SUDESTE - MINISTÉRIO DE PORTOS ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS NO PORTO DE ITAGUAÍ	15
REGIÃO SUDESTE - JAN DE NUL VENCE LICITAÇÃO PARA OBRAS DE DRAGAGEM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO	16
REGIÃO SUDESTE - BALEIAS SÃO VISTAS PRÓXIMO AO CANAL DO PORTO DE SANTOS.....	17
REGIÃO SUL - GOVERNO DE SC ABRE PROCESSO PARA RECEBER PROPOSTAS SOBRE UTILIZAÇÃO DA ZPE DE IMBITUBA....	17
TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - COMO O CONCEITO DE SANDBOX PODE AJUDAR NA INOVAÇÃO DO SETOR PÚBLICO.....	18
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	19
ANTT REALIZA LIVE SOBRE “BOAS PRÁTICAS ESG NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO”	19
PRIMEIRO LEILÃO DE RODOVIAS DO GOVERNO LULA OCORRE NA SEXTA-FEIRA (25)	20
PRORROGADAS INSCRIÇÕES PARA CURSO GRATUITO DE GESTÃO PORTUÁRIA EM SANTOS	21
PARA GUARUJÁ, FRENTE PARLAMENTAR DEVE ACELERAR PROJETO DA LIGAÇÃO SECA	22
CODEBA FINALIZOU O MÊS DE JULHO COM A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DOS ÚLTIMOS 13 MESES	23
GOVERNO DE SÃO PAULO AUMENTA FAIXA ETÁRIA DO JOVEM APRENDIZ PAULISTA ATÉ 24 ANOS.....	23
ANTT REAJUSTA TABELA DOS PISOS MÍNIMOS DE FRETE	24
TODO O RODOANEL MÁRIO COVAS PASSA A ACEITAR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR APROXIMAÇÃO	25
VLI E ALE REALIZAM PRIMEIRO FLUXO DE RETORNO DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM CONJUNTO, NA FERROVIA NORTE-SUL.....	28
NAVIO É ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL VERDE NO EGITO	28
MS RECEBERÁ NOVO TERMINAL INTERMODAL PARA ESCOAR PRODUÇÃO DE CELULOSE.....	29
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	30
LEILA BARROS APRESENTA RELATÓRIO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE CARBONO	30
ZEMA TENTA EXCLUIR CONSULTA POPULAR PARA PRIVATIZAÇÃO EM MINAS GERAIS	32
JORNAL O GLOBO – RJ.....	34
LIRA NEGA CRISE COM O GOVERNO EM TAXAÇÃO DE FUNDOS OFFSHORE.....	34
PARER DA AGU CONTRARIA MARINA E DÁ SINAL VERDE PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS	35
SILVEIRA QUER MESA DE NEGOCIAÇÃO COM MARINA SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS	37
AÇÕES DE CEMIG E COPASA FECHAM EM ALTA APÓS GOVERNO PROTOCOLAR PEC PARA PRIVATIZAÇÃO	38
PF ABRE INQUÉRITO PARA APURAR CAUSAS DO APAGÃO E INVESTIGA CRIME DE SABOTAGEM.....	39
ESTUDOS SOBRE FERROGRÃO SERÃO APRESENTADOS EM 8 MESES, DIZ RENAN FILHO.....	40
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	41
GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR SUPERA MARCA DE 23 GIGAWATTS, APESAR DE BLOQUEIO DE DISTRIBUIDORAS	41
FAZENDA FEZ MUDANÇAS EM TAXAÇÃO DE OFFSHORE DURANTE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA APÓS PRESSÕES DO MERCADO..	42
CÂMARA DEVE VOTAR ARCABOUÇO NESTA TERÇA; RELATOR RETIRA EMENDA QUE PERMITE DESPESAS EXTRAS EM 2024....	44
ANÁLISE: UM SISTEMA ELÉTRICO ROBUSTO E COMPLEXO PODE FALHAR, MAS A RECUPERAÇÃO TEM DE SER RÁPIDA	46
PETROBRAS DEIXARÁ DE FOCAR NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL PARA MIRAR EM ATIVOS RENTÁVEIS, DIZ DIRETOR	47
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DEVE CONTINUAR PELAS PRÓXIMAS QUATRO DÉCADAS, DIZ DIRETOR DA PETROBRAS	48
NAVIO DE CARGA MOVIDO A VENTO REALIZA PRIMEIRA VIAGEM.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 141/2023
Página 3 de 62
Data: 22/08/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

CAMPOS NETO: MESMO COM ARCABOUÇO, GASTOS NO BRASIL DEVEM CRESCER ACIMA DA MÉDIA DOS EMERGENTES	50
VALOR ECONÔMICO (SP).....	51
PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA TROCA DE VEÍCULOS PESADOS DEVERIA SER PERENE, DIZ PRESIDENTE DA VW	51
A DESPEITO DE SINAIS DE LULA, PP RECEBE ACENOS DE QUE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SERÁ FATIADO	52
ARGENTINA E CHINA TRAZEM PERSPECTIVA MENOS FAVORÁVEL À EXPORTAÇÃO, DIZ ICOMEX, DA FGV	53
PRODUTOR ESTÁ CONFIANTE EM NOVA RODADA DE AUMENTO DE PREÇO DA CELULOSE DE FIBRA CURTA	55
SEGURANÇA, CORRUPÇÃO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E CONECTIVIDADE DERRUBAM CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO BRASIL.....	56
GOVERNO PREVÊ 'CAOS' SE TAXAÇÃO DE OFFSHORES NÃO FOR VOTADA	57
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	59
PARA MÁRCIO FRANÇA, SETOR NAVAL SALTA PARA O MELHOR DOS ANOS.....	59
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	62
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	62



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E O PAPEL DOS PORTOS

Traduzir experiências internacionais à realidade brasileira e definir um caminho talvez seja o ideal para tratar o tema

Por: **Rodrigo Paiva**



Os portos podem estimular movimentos que busquem a transição energética, seja pela definição de padrões institucionais, pela criação de estratégias logísticas verdes, pelo estímulo a novas tecnologias ou pelo convencimento da comunidade portuária de sua importância e seus benefícios Foto: **Alexsander Ferraz / AT**

Mais de 80% do comércio mundial se dá por meio dos portos, de acordo com dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Além de serem um dos principais nós logísticos, a evolução de suas funções e a característica de serem o concentrador da cadeia de suprimentos global permitem aos portos atuar como facilitador em melhorias ambientais de algumas formas.

São elas: 1) como landlords (provedores de áreas e infraestrutura básica); 2) como reguladores (definindo tarifas, padrões ambientais, ocupação territorial); 3) como operadores (equipamentos e infraestrutura); e 4) como gerenciadores de stakeholders – da comunidade portuária (estimulando a maior colaboração entre a comunidade portuária e a cadeia logística envolvida).

Assim, os portos podem estimular movimentos que busquem a transição energética, seja pela definição de padrões institucionais, pela criação de estratégias logísticas verdes, pelo estímulo a novas tecnologias ou pelo convencimento da comunidade portuária de sua importância e seus benefícios. O caminho para a transição claramente não será fácil e linear e dependerá sobretudo de como as Autoridades Portuárias entenderão seu papel e se serão protagonistas ou apenas atores na nova cena global.

Olhar para experiências internacionais, traduzi-las para a realidade brasileira e definir um caminho próprio talvez seja a forma mais adequada para tratar o tema.

A Europa e seus portos nos trazem exemplos de criação de estratégias importantes no caminho da transição energética pelos portos. O Porto de Roterdã, na Holanda, da mesma forma como o de Antuérpia, na Bélgica, possui estratégias claras e ambiciosas, como seu posicionamento de hub de hidrogênio, a criação de corredores verdes e digitais e o estímulo à economia circular. As metas impostas por Roterdã compreendem redução das emissões de CO2 em 50% até 2030 e CO2 neutro até 2050.

Observam-se também algumas iniciativas já na definição da ocupação espacial de área portuárias, em seus planos diretores, ao se definirem terrenos e infraestrutura básica para a implantação de projetos de energia de baixo/zero carbono e, em alguns casos, até mesmo investimentos em projetos de energia sustentável. O desenvolvimento de uma política de transição energética para o sistema portuário brasileiro passará pela criação de uma política governamental estruturada e pensada para o estímulo à atividades ambientalmente amigáveis, que dependem da atuação das Autoridades Portuárias, mas não somente delas.

Deve-se possibilitar e estimular que a cadeia logística de importação e exportação, desde a produção agrícola e industrial até o transporte terrestres de e para os portos, adote práticas sustentáveis (uso

de combustíveis verdes, energia renovável). Como? Prevendo canais verdes com menores tarifas para cargas ligadas a essas práticas, estimulando a navegação com embarcações que utilizem energia não fóssil, beneficiando os terminais que implementem equipamentos eficientes híbridos e elétricos e utilizando os planos diretores como ferramenta de planejamento verde.

Essas são práticas que podem e devem ser adotadas com o objetivo de participar da nova economia global e atrair investimentos privados, que a cada dia buscam alternativas diferenciadas e inovadoras como forma de garantir retornos sustentáveis.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023

PROJETOS EM CONFLITO COM MEIO AMBIENTE NÃO DEVEM SER DESCARTADOS, DIZ RENAN FILHO

Ministério dos Transportes projeta até R\$ 40 bilhões de investimentos adicionais em ferrovias

Por: A Tribuna Digital - SP



Governo irá analisar grandes projetos de infraestrutura que esbarram em conflitos ambientais Foto: Ricardo Botelho/MInfra

O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse na noite desta segunda-feira, 21 que o governo seguirá analisando grandes projetos de infraestrutura que esbarram em conflitos ambientais. "Na área de infraestrutura, não acho conveniente descartar investimentos. Precisamos discutir as condições para levá-los adiante", disse ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Obras como a BR-319 e a Ferrogrão, que ficaram de fora do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), entrando apenas como estudos, seguirão em análise, segundo o ministro. "A BR-319 já teve asfalto. Manaus é a única que está fora da ligação com o transporte rodoviário", disse sobre a rodovia que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM) e tem um trecho considerado intransitável, mas que não é recuperado por impasses ambientais.

Sobre a Ferrogrão, o ministro disse que se não este, outros projetos ferroviários precisarão ser feitos na região de Mato Grosso. "O País não suporta mais escoar o volume de grãos por rodovias. Nós vamos precisar de ferrovias. E onde? Onde tiver sustentabilidade ambiental", afirmou.

O Ministério dos Transportes projeta até R\$ 40 bilhões de investimentos adicionais em ferrovias para além do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), incluindo recursos públicos e privados, disse Renan Filho.

O PAC prevê R\$ 94,2 bilhões para a malha ferroviária, sendo R\$ 88,2 bilhões vindos da iniciativa privada e R\$ 6 bilhões públicos.

Renan Filho voltou a afirmar que ampliar a malha ferroviária no Brasil é prioridade do governo, apesar das cifras menores previstas para esse modal no PAC. Para rodovias, por exemplo, o montante é de R\$ 185,5 bilhões, sendo R\$ 73 bilhões investidos pelo governo.

O ministro argumentou que essa diferença se deve ao fato do PAC focar na conclusão de obras já iniciadas. "Não incluímos novos projetos. Por isso, lançaremos um plano nacional ferroviário a ser incluído no PAC", afirmou.

Renan Filho disse ainda que o ministério tem negociado com concessionárias de ferrovias sobre as quatro renovações realizadas durante o governo anterior. "Esse diálogo tem sido realizado de boa vontade pelas companhias", afirmou, citando a Rumo, MRS e Vale.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023

GUARUJÁ ESPERA TRIBUNAL DE CONTAS PARA RETOMAR LICITAÇÃO DO AEROPORTO CIVIL METROPOLITANO

Confira este e outros assuntos na coluna Dia a Dia desta terça-feira, 22 de agosto de 2023

Por: *Rafael Motta e e equipe*



Município aguarda liberação do TCE para seguir com licitação do aeroporto Foto: Vanessa Rodrigues/AT

A concorrência pública para a primeira fase de obras do Aeroporto Civil Metropolitano, em Guarujá, aguarda liberação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para continuar. A licitação foi suspensa no dia 9, em despacho da auditora substituta Silvia Monteiro, do gabinete do conselheiro do TCE Antonio Roque Citadini.

A decisão teve por base impugnações apresentadas pela advogada Cássia de Carvalho Fernandes e pela Marcio Donizetti Pinto Engenharia Ltda., que alegaram irregularidades no edital. Contestaram, por exemplo, necessidades como apresentação de certidão que comprove execução anterior de serviços similares, visita técnica obrigatória ao local das obras, exigência de capacidade técnico-profissional “que excede os limites legais” e contradições no requisito de qualificação econômico-financeira das empresas participantes da disputa.

Ao mandar paralisar a concorrência, o TCE deu 48 horas à Prefeitura para se justificar sobre os itens questionados, o que foi feito.

Indefinição

Não há prazo para as respostas do TCE às explicações da Prefeitura. A depender do retorno, a licitação poderá ser reaberta como está ou ser refeita, pelo menos, nos pontos contestados. Era previsto que as obras começassem até janeiro e terminassem em março ou abril.

Na Base

Com custo estimado em R\$ 21,3 milhões, a primeira fase das obras do Aeroporto Metropolitano prevê projeto de reforma e adaptação da pista, locais para taxiamento (manobras), drenagem, cercamento, barreiras contra animais e via interna de serviço na Base Aérea de Santos, em Vicente de Carvalho.

Dois assuntos

O Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb) se reúne hoje, às 10 horas, em Itanhaém.

Contra cheias

Um assunto serão as obras de macrodrenagem na região. Esses serviços têm impacto metropolitano. Em julho, a abertura de comportas da nova estação elevatória para combate a enchentes no Castelo, em Santos, fez a água invadir casas na Ilha do Bugre, em São Vicente.

Conjuntamente

O outro consistirá no texto, a ser enviado à Assembleia Legislativa, do futuro Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Baixada. Levará em conta itens como habitação, transporte, mobilidade urbana e meio ambiente. Trata-se do plano há pelo menos seis anos.

Ida cancelada

Também se esperava o gerente de Assuntos Federativos da Presidência da República, Margonari Marcos Vieira. Abordaria programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Sou eu

Desde maio de forma contínua na Câmara, em substituição a Audrey Kleys (PP, hoje secretária municipal de Desenvolvimento Social), o vereador José Carlos Gonçalves Martins, o Tiganá (PP, foto), alega sofrer para ser reconhecido ao trabalhar fora do plenário.

Pode crer

Tiganá declara ser alvo de “desconfiança” em atos oficiais e ações de fiscalização e que precisa “mostrar crachá” da Câmara. “Tem lugares em que a gente vai, e é difícil. Tiveram que ligar para a Audrey para ver se eu era vereador de verdade”. Pois, a quem ignora ou duvida, vai acima a foto dele.

É candidato

O engenheiro José Manoel Ferreira Gonçalves é candidato da região à presidência do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado (Crea-SP). As eleições serão em 17 de novembro.

Três vezes

Gonçalves se notabilizou, recentemente, por ter feito três pedidos de cassação do mandato do prefeito de Guarujá, Válter Suman (PSDB). Baseados em investigações contra o tucano, foram arquivados pela Câmara. E o engenheiro, então presidente municipal do PDT, deixou o cargo e o partido.

“É muito importante o Senado abrir as portas para ouvir estados federados, Distrito Federal e municípios. (...) A desburocratização é boa” Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, dizendo que deve haver reunião com prefeitos para ouvi-los sobre a reforma tributária.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/08/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA - ANTAQ REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TERMINAL EM SANTANA

Porto é considerado estratégico para expansão do Arco Norte



Audiência teve duas contribuições escritas e duas virtuais

Brasília 21/08/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou, nesta segunda-feira (21), a Audiência Pública 03/2023, que trata das contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos estudos para arrendamento da instalação portuária denominada MCP 03, no Porto Organizado de Santana (AP).



O terminal, destinado à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, especialmente soja e milho, teve os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) elaborados pela Infra S.A. e aprovados pela diretoria da ANTAQ em junho deste ano.

A audiência contou a presença do diretor da ANTAQ e relator do processo de concessão do terminal amapaense, Alber Vasconcelos, que destacou a importância estratégica do porto no Arco Norte. Também falou sobre o empreendimento e a expectativa de investimentos na área.

“Todo porto é importante. O de Santana tem localização geográfica estratégica, com saída para o Atlântico próximo à Barra Norte, Ilha do Marajó. A estimativa é que na área brownfield de 11.680 m² sejam investidos cerca de R\$ 89 milhões, dos quais R\$ 20 milhões serão somente em melhorias da infraestrutura existente. O terminal também terá uma capacidade dinâmica de movimentação de um milhão de toneladas”, disse.

Quem também participou da audiência pública foi o superintendente de Projetos Portuários e Aquaviários da Infra S.A, Fernando Corrêa, que destacou que dentre as principais premissas do estudo realizado pela Infra SA está a de promover a competição interportuária do Arco Norte do Brasil.

Além do diretor da ANTAQ e do superintendente da Infra S.A, estiveram presentes a presidente da Comissão Permanente de Licitação e Arrendamentos Portuários da Agência e mediadora da audiência, Patrícia Gravina, da diretora de Programa da Secretaria Adjunta de Infraestrutura Econômica do PPI da Casa Civil, Amanda Seabra, e do presidente da Companhia Docas de Santana Edival Cabral Tork.

Ao todo foram quatro contribuições feitas, sendo duas de maneira escrita e duas orais na audiência. O período de Consulta Pública seguirá até 25 de agosto. Caso o interessado tenha interesse em contribuir, confira a seguir.

Sobre a consulta pública

As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de consulta pública estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/audiencias-e-consultas-publicas>.

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até as 23h59 do dia 25/08/2023, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no sítio <https://www.gov.br/antag/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, exclusivamente através do e-mail anexo_audiencia032023@antag.gov.br, mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. As contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) da Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 22/08/2023



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – HIDROVIAS: INVESTIMENTOS ESTADUAIS, IMPACTO NACIONAL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A detonação de rochas para ampliação do canal de navegação na Hidrovia Tietê-Paraná, no Estado de São Paulo, realizada nessa segunda-feira, é uma prova concreta do potencial que as hidrovias têm para impulsionar a logística nos estados e promover a sustentabilidade. Esse movimento não apenas garante a navegabilidade em condições adversas, como também ilustra a importância de investir nas hidrovias estaduais como parte integrante do fortalecimento do modal em todo o país.

A iniciativa, fruto da parceria entre o Governo do Estado de São Paulo e o Governo Federal, mostra que a expansão das hidrovias não é apenas uma questão de eficiência econômica, mas também de consciência ambiental. O transporte hidroviário, como destacado pela secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), Natália Resende, é uma prioridade para a gestão atual, pois além de viabilizar o escoamento de produtos, também proporciona resultados ambientais significativos.

Os benefícios das hidrovias são inegáveis. A capacidade de transportar grandes quantidades de carga com menor consumo de combustível em comparação com outras modalidades de transporte é um ponto crucial. Essa eficiência energética reduz as emissões de dióxido de carbono e contribui para a meta de sustentabilidade do país. Além disso, o transporte hidroviário alivia a pressão sobre as rodovias, diminuindo o desgaste das estradas e reduzindo os riscos de congestionamentos e acidentes.

O exemplo de São Paulo deve ser um chamado para que outros estados também direcionem seus esforços para o desenvolvimento de suas hidrovias. O Brasil possui uma rede fluvial vasta e com grande potencial, mas esse potencial ainda não foi completamente explorado. A falta de investimento e de uma abordagem estratégica tem sido obstáculos para o pleno aproveitamento desse modal.

Ao investir nas hidrovias locais, os estados podem criar uma rede interconectada que fortalece o sistema de transporte como um todo. Além disso, a expansão das hidrovias traz benefícios diretos para as comunidades locais, gerando empregos e promovendo o desenvolvimento regional. E, como visto no caso da Hidrovia Tietê-Paraná, esses investimentos podem ser feitos de maneira sustentável, com medidas para minimizar os impactos ambientais.

A ampliação e o desenvolvimento das hidrovias estaduais devem ser vistos como um investimento no futuro do país. Não é apenas uma questão de mover mercadorias de forma eficiente, mas sim de construir uma infraestrutura de transporte que seja resiliente, sustentável e que atenda às demandas de um Brasil em crescimento. É hora de os estados perceberem o potencial das hidrovias e investirem em seu desenvolvimento, fortalecendo o modal e promovendo um sistema de transporte mais eficiente e amigo do ambiente.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/08/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

LEILÃO 1

O primeiro leilão rodoviário do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será realizado na próxima sexta-feira, na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, na capital paulista. Em disputa, estará o Lote 1 de rodovias do Paraná, que reúne 473 quilômetros de estradas federais e estaduais (essas, repassadas à União) ligando Curitiba, sua região metropolitana e o centro-sul do estado. A empresa ganhadora terá de investir pelo menos R\$ 7,9 bilhões em melhorias e na manutenção das seguintes

rodovias: BR-277, BR-373, BR-376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427. A concessão será válida por 30 anos.

LEILÃO 2

Entre as melhorias previstas, estão a duplicação de 344 quilômetros e a construção de faixas adicionais em 210 quilômetros, de acostamentos em 44 quilômetros, vias marginais em 31 quilômetros, ciclovias em 27 quilômetros e 86 viadutos, trincheiras e passarelas.

LEILÃO 3

Nessa segunda-feira, duas empresas apresentaram suas propostas, acompanhadas das garantias e dos documentos de qualificação, para o leilão. Na quinta-feira, a ANTT irá anunciar as garantias que eventualmente não foram aceitas. E na sexta-feira, as propostas e as certificações de qualificação serão conhecidas, com os participantes habilitados, anunciados. As ofertas foram elaboradas como descontos na tarifa proposta para quilômetro rodado, de R\$ 0,10673.

HOMENAGEM

A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro prestou homenagem ao ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, na noite desta segunda-feira, dia 21, entregando a ele o tulo de cidadão emérito da capital fluminense. Em seu discurso, França lembrou que a sugestão para que recebesse o tulo foi apresentada antes de ele ter negociado uma solução para a concessão do Aeroporto do Galeão.

TERMINAL PORTUÁRIO

Um total de quatro contribuições foi apresentado ontem, ao processo de arrendamento do terminal portuário MCP03, do Porto de Santana (AP). As propostas foram entregues por escrito (duas delas) e oralmente (as outras duas) durante a audiência pública realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para debater essa concessão. O período de consulta pública continua até sexta-feira. A unidade portuária será destinada à movimentação e à armazenagem de grãos sólidos vegetais, em especial soja e milho.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/08/2023

SEM CATEGORIA - RENAN COBRA APROVAÇÃO DO ARCABOUÇO E ANUNCIA PLANO DE INVESTIMENTO

Segundo o ministro dos Transportes, recursos previstos no PAC só serão possíveis com o novo marco fiscal

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O ministro Renan Filho justificou que o número de investimentos através do PAC em rodovias é maior do que nas ferrovias porque o Governo Federal está retomando obras
Crédito: Reprodução/Instagram/Renan Filho

O ministro dos Transportes, Renan Filho, voltou a acenar para o Congresso Nacional pela aprovação do arcabouço fiscal. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite de segunda-feira, dia 21, ele afirmou que os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) só serão possíveis com a aprovação do novo marco fiscal.

Para o Ministério dos Transportes a verba prevista para a pasta é de R\$ 280 bilhões. Os investimentos dos cofres públicos serão de R\$ 79 bilhões. E outros R\$ 201 bilhões virão de investimentos privados.



Para Renan Filho, com a aprovação do arcabouço fiscal, o Brasil terá condições de retomar os recursos públicos que são “fundamentais”.

“Historicamente há uma correlação de crescimento do investimento apesar das pessoas não perceberem sempre que existe essa correlação, quando a gente observa a série histórica percebemos que quando o Governo aumenta os investimentos públicos, a iniciativa privada também se sente mais segura a investir”, disse Renan.

Na noite de segunda-feira, os líderes partidários da Câmara dos Deputados se reuniram na Residência Oficial do presidente da Casa, Arthur Lira, para decidir a data da votação do Arcabouço Fiscal. Segundo o relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PSD/BA), e o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT/CE), o texto deve ser analisado em plenário entre esta terça ou quarta-feira.

O projeto precisa ser votado até o dia 31 deste mês, pois os valores precisam estar previstos no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

O ministro explicou o processo de renegociação de contratos para ferrovias. Ele foi questionado sobre eventuais quebras de contrato. “Não há quebra de contratos porque estamos utilizando as regras estabelecidas antes nos acordos”, disse Renan. Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o Ministério dos Transportes está negociando R\$ 30 bilhões em renegociação.

Renan Filho também afirmou que para expandir as ferrovias no Brasil está em diálogo com concessionárias e revelou que o governo está trabalhando para anunciar um Plano Nacional Ferroviário, que será incluído no PAC.

O ministro, porém, não revelou a origem dos recursos para o novo programa. “Nós vamos apresentar essa origem para um novo plano estratégico para o desenvolvimento ferroviário”, disse.

A medida no setor ferroviário será necessária pela discrepância no volume de investimentos para rodovias e ferrovias. Renan Filho justificou que o número de investimentos em rodovias é maior através do PAC porque o Governo está retomando obras.

Do total de R\$ 280 bilhões previstos no PAC para o Ministério dos Transportes, R\$ 185,8 bilhões são destinados a rodovias. Já as ferrovias somam R\$ 94,2 bilhões em investimentos.

O ministro afirmou que os investimentos na Ferrogrão também dependem das condições sustentáveis. “Não é somente a vontade do Ministério dos Transportes. É uma política que precisa estar articulada com várias áreas”, disse.

“Nós vamos continuar discutindo a ferrogrão para fazer um modelo sustentável, que tenha viabilidade jurídica no Supremo Tribunal Federal e que tenha viabilidade ambiental”, afirmou Renan Filho. A Ferrogrão é uma via férrea que visa interligar o Porto de Miritituba, no Pará, ao município de Sinop, no Mato Grosso. Representantes do agronegócio consideram a Ferrogrão estratégica para transportar a produção de milho e soja, porém a construção da ferrovia enfrenta barreiras na justiça por cruzar uma unidade de proteção ambiental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

NACIONAL - “NÃO HÁ RAZÃO PARA SE PREOCUPAR AGORA”, DIZ MEMBRO DA FRENLOGI SOBRE TROCA NO MINISTÉRIO

Edinho Bez disse ter conversado com possível substituto de Márcio França. Mesmo assim representantes do setor revelam temor

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Segundo o diretor institucional da Frenlogi, Edinho Bez, o possível novo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou que só fala sobre o assunto depois da posse Crédito: Sergio Almeida/Câmara dos Deputados

O diretor institucional da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), ex-deputado federal Edinho Bez, afirmou ao portal BE News que no momento “não há razão para se preocupar agora” sobre as trocas na estrutura do Ministério de Portos e Aeroportos, com a iminente substituição do

ministro Márcio França pelo deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos/PE).

Edinho disse que chegou a conversar com Silvio Costa Filho sobre as mudanças na pasta, mas o possível novo ministro afirmou que só fala sobre o assunto depois da posse e que no momento “não tem o que dizer; só esperar a posse”.

O Ministério de Portos e Aeroportos entrou na mira do Governo Federal, que busca abrigar as siglas Republicanos e Progressistas na Esplanada dos Ministérios em busca do apoio político delas nas votações no Congresso Nacional.

O parlamentar pernambucano estava na expectativa de receber a nomeação até a última sexta-feira, dia 18, mas as modificações nessa e em outras pastas ficaram para a próxima segunda-feira, dia 28, após a viagem internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, que começou no domingo, dia 20.

Perspectivas

Entidades e representantes do setor temem que as mudanças no Ministério de Portos e Aeroportos desestabilizem os investimentos no setor portuário. Alguns chegam a afirmar que os últimos meses de 2023 podem ser perdidos com as modificações na pasta.

Uma das principais demandas do setor é a continuação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), que está sendo articulada pelo Ministério de Portos e Aeroportos com o Governo e o Congresso Nacional. A intenção é enviar uma Medida Provisória para o parlamento ou inserir as mudanças na discussão da Reforma Tributária que está no Senado e garantir o benefício até 2027.

“Não temos o que fazer. Lamentamos perder o Márcio França em busca desse apoio político. Vai entrar um político que, com todo respeito, não tem experiência”, disse um dos representantes do setor que preferiu não se identificar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

NACIONAL - LIVE DEBATE PRÁTICAS ESG NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Painel ocorrerá hoje, às 16 horas, e será transmitido pelo BE News

Da Redação redacao@portalbenews.com.br

As ações sociais, ambientais e de governança nas operações rodoviárias brasileiras serão debatidas hoje, às 16 horas, na live Boas práticas ESG no transporte rodoviário, promovida pelo Brasil Export – Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes e pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O painel, que reunirá executivos das duas instituições e de concessionárias do setor, será transmitido ao vivo, direto da sede da ANTT, em Brasília, e de forma gratuita pelo Portal BE News (www.portalbenews.com.br) e pelo canal do Youtube do BE News.

A live terá a participação do diretor da ANTT Felipe Queiroz; do CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; do presidente do Conselho ESG do Brasil Export, o advogado João Amaral; da CEO do Moveinfra, Natália Marcassa; da superintendente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Arteris, Christiana Costa; da diretora de Sustentabilidade do Grupo Ecorodovias, Monica Jaén; e do diretor vice-presidente de Governança, Riscos e Compliance da CCR, Pedro Sutter.

O debate é o terceiro encontro online promovido pelo Brasil Export e pela ANTT como parte do programa Ciclo ESG – ANTT Coopera, iniciativa da agência que incentiva a troca de informações e o levantamento de dados para subsidiar a aplicação das práticas ESG nos contratos de concessão dos setores de infraestrutura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

REGIÃO NORDESTE - ESQUADRA JAPONESA VISITA O PORTO DO RECIFE HOJE

Marinha do Brasil e Força Marítima de Autodefesa do Japão vão realizar atividades em conjunto

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



A esquadra está realizando uma navegação transoceânica de instrução para formar oficiais por meio de adestramentos no mar, além de promover a amizade entre os países visitados Crédito: Divulgação

O Porto do Recife (PE) recebe a esquadra de treinamento da Força Marítima de Autodefesa do Japão nesta terça-feira (22). A embarcação fica até quinta-feira (24), mas não estará aberta para visita ao público.

Isso porque a passagem dos navios japoneses pelo porto brasileiro faz parte da formação de futuros oficiais do país asiático. Desde 25 de maio deste ano a esquadra está realizando uma navegação transoceânica de instrução para formar os oficiais por meio de adestramentos no mar, bem como para cultivar e promover a amizade entre os países visitados.

O comandante do 3º Distrito Naval, o vice-almirante Alexander Reis Leite, participará da recepção aos navios como representante da Marinha, acompanhado do capitão dos Portos de Pernambuco, o capitão de Mar e Guerra Frederico Medeiros Vasconcelos de Albuquerque.

A navegação ainda vai passar por oito países: Estados Unidos, Canadá, México, Peru, Chile, Argentina, Brasil e Colômbia. Antes de chegar ao Recife, a esquadra japonesa passou pelo Rio de Janeiro.

As embarcações retornam ao Japão no dia 20 de outubro.

Apresentações

Apesar de o navio não abrir para visita pública, a tripulação japonesa fará apresentações. A primeira acontece nesta terça-feira (22), às 16h, no Shopping Rio Mar, que receberá as bandas da Marinha do Brasil e da Esquadra Marítima do Japão. Participação especial do Grupo de Tambores “Ren Taiko Recife”.

No mesmo dia, das 18h às 20h, haverá um intercâmbio de arte marcial dedicada ao judô, na Academia Nagai. E no dia 23, das 9h às 10h, terá a cerimônia de aposição floral no busto do Almirante Tamandaré, na Praça do Arsenal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

REGIÃO SUDESTE - SP FAZ 1ª DETONAÇÃO SUBAQUÁTICA PARA AMPLIAÇÃO DO CANAL DE NOVA AVANHANDAVA

Operação resultará na retirada de 552 mil metros cúbicos de rochas na hidrovía Tietê-Paraná
Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Com uso de balsas, são feitas perfurações no leito do rio em uma área de 24 metros quadrados; depois, usando um tubo guia, os explosivos são introduzidos nos furos Foto: Reprodução/Instagram/Semil

O DESMONTE INICIAL ACONTECERÁ EM UMA ÁREA DE 24 METROS QUADRADOS, ONDE SERÃO RETIRADOS CERCA DE 100 METROS CÚBICOS DE PEDRAS. A EXPECTATIVA É DE QUE SEJAM REMOVIDOS DE 19 A 21 MIL METROS CÚBICOS DE ROCHA POR MÊS. PARA MINIMIZAR AS IMPLICAÇÕES COM A FAUNA AQUÁTICA LOCAL, A DETONAÇÃO RECEBERÁ TÉCNICA PARA MANTER OS PEIXES AFASTADOS.

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) de São Paulo fez na segunda-feira, dia 21, a primeira detonação de rochas para ampliação do canal de navegação de Nova Avanhandava, no trecho da Hidrovía Tietê-Paraná, no município de Buritama. Segundo o Governo do Estado, a operação tem investimentos da ordem de R\$ 300 milhões, recursos oriundos em parceria com o Governo Federal por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e prevê a retirada de 552 mil metros cúbicos de rochas, o que permitirá manter as condições de navegabilidade na hidrovía, mesmo em períodos de estiagem.

O desmonte inicial acontecerá em uma área de 24 metros quadrados, onde serão retirados cerca de 100 metros cúbicos de pedras. A expectativa é de que sejam removidos de 19 a 21 mil metros cúbicos de rocha por mês. Para minimizar as implicações com a fauna aquática local, a detonação receberá técnica para manter os peixes afastados.

A intervenção, que de acordo com o Governo de São Paulo deve gerar mais de 1,4 mil empregos e beneficiar diretamente os municípios de Buritama, Brejo Alegre e Birigui, visa permitir o aprofundamento do canal em 3,5 metros em uma calha com largura de 60 metros, ao longo de 16 quilômetros de rio. Isso permitirá maior flexibilidade na operação das usinas hidrelétricas de Três Irmãos e Ilha Solteira, eliminando eventuais conflitos entre navegação e geração de energia.

Para a secretária da Semil, Natália Resende, a obra evidencia o caráter sustentável das hidrovias.

“O transporte hidroviário é prioridade dessa gestão, pois além de obtermos resultados importantes para o meio ambiente, é um eixo fundamental para o escoamento de produtos e bens no Estado”, analisou.

A Semil lembrou que o processo de derrocamento do pedral – fragmentação da rocha por explosão – que estava paralisado desde 2019, teve início em abril deste ano, com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2026.

“No modal hidroviário, ao transportar uma tonelada de carga, com um litro de combustível, é possível percorrer uma distância três vezes maior do que pelo ferroviário, e nove vezes maior em relação ao rodoviário. Ainda, com a utilização das hidrovias para o transporte e a consequente diminuição dos veículos nas rodovias, é possível um ganho significativo para o meio ambiente, uma vez que a ação contribui para a redução de mais de 20 milhões de toneladas de emissão de dióxido de carbono”, afirmou o Governo Estadual, em nota sobre a operação no Canal de Nova Avanhandava.

Métodos

De acordo com a Semil, o método adotado para a operação, com uso de explosivo encartuchado (em invólucros como cartuchos), foi tido como o mais eficiente e rápido para o desmonte das rochas, principalmente as mais duras, como é o caso do basalto na região. Com uso de balsas, são feitas

perfurações no leito do rio em uma área de 24 metros quadrados; depois, usando um tubo guia, cuja extremidade permanece fora da água, os explosivos são introduzidos nos furos.

Para a detonação, a técnica combina os cartuchos explosivos com um acessório (linha silenciosa) que diminui os efeitos da explosão subaquática por conter o lançamento de fragmentos de rocha. Além disso, para minimizar os riscos à fauna local, no entorno da área serão ligadas cortinas de bolhas de ar geradas por mangueiras com microfuros, com o objetivo de circundar o local. O equipamento, cujo funcionamento é similar ao das bombas de aquários residenciais, “afasta” os peixes por alteração na pressão do ambiente, sem causar qualquer tipo de dano ou provocar riscos às espécies.

Todas as etapas do processo são acompanhadas por técnicos habilitados, e o chamado “plano de fogo” (que prevê duas explosões diárias) segue todas as normas definidas pelos órgãos reguladores.

Hidrovia Tietê-Paraná

Com um total de 2,4 mil quilômetros navegáveis, a Hidrovia Tietê-Paraná atende, sobretudo, o transporte da produção agrícola até o Porto de Santos. Com 30 terminais intermodais para carga e descarga de produtos, conecta os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

O trecho paulista possui 800 quilômetros. Somente nos primeiros seis meses deste ano, foram transportadas 810,7 mil toneladas, principalmente soja in natura e farelo de soja, 76% a mais do que no mesmo período do ano passado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 22/08/2023

REGIÃO SUDESTE - MINISTÉRIO DE PORTOS ANUNCIA REDUÇÃO DE TARIFAS NO PORTO DE ITAGUAÍ

Segundo o ministro Márcio França, desconto no complexo fluminense chega a 66%

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Tendo como principal vocação a movimentação de minérios, o Porto de Itaguaí é responsável por 63% da arrecadação da PortosRio, que administra o complexo Fotos: Divulgação/PortosRio

O Ministério de Portos e Aeroportos anunciou a redução das tarifas portuárias no Porto de Itaguaí (RJ). Conforme divulgado pelo ministro Márcio França, durante visita ao complexo no último final de semana, a redução varia de 43,8% a 66%. Assim, o Governo Federal chegou a uma queda

de taxas em cinco portos brasileiros até o momento.

A forma de incidência do desconto está de acordo com uma tarifa variável pela tonelagem de porto bruto da embarcação (TPB/DWT).

Vale lembrar que o Porto de Itaguaí é responsável por 63% da arrecadação da PortosRio (Autoridade Portuária que administra esse porto e os complexos do Rio de Janeiro e de Niterói e Angra dos Reis), tendo como principal vocação a movimentação de minérios.

“Esta é uma das vantagens da gestão dos portos federais. Conseguimos estabelecer políticas tarifárias que estimulam os operadores a investir e gerar empregos e, assim, não oneram o preço final das mercadorias que chegam ao consumidor, conforme orientação do presidente Lula”, afirmou Márcio França.



O Governo Federal já publicou quedas nas tarifas portuárias nos portos de Santos (SP), Rio de Janeiro, Rio Grande (RS) e Ilhéus (BA).

No Porto de Santos, o desconto tarifário pode chegar a 65%. Segundo a Autoridade Portuária (APS), o cálculo da taxa será feito de acordo com o tipo de navegação e da frequência do uso do terminal pela embarcação. Buscando fomentar a sustentabilidade, as “embarcações verdes”, que têm pontuação positiva no Índice Ambiental de Navios, pagarão tarifas ainda mais baixas no Porto de Santos.

A PortosRio fez uma readequação na cobrança das taxas portuárias. Anteriormente, o valor era calculado de acordo com o peso que o navio foi projetado para transportar (carga, mantimentos, combustível etc.). Agora, a cobrança será feita de acordo com o tipo e peso da carga transportada e o tipo de navegação. Os descontos chegam a 95,5% para alguns tipos de carga.

No Porto do Rio Grande (RS), a isenção tarifária é voltada à navegação interior, que trata dos serviços de infraestrutura operacional ou terrestre dentro do porto. Agora fica isento o primeiro movimento de mercadorias vindo de navegação interior que seja objeto de armazenagem para posterior embarque no modal aquaviário.

De acordo com a Codeba (Companhia das Docas do Estado da Bahia), que administra o terminal de Ilhéus, a tarifa de infraestrutura aquaviária é cobrada pelo porte bruto da embarcação, independentemente da quantidade de carga transportada, o que eleva as despesas de alguns usuários. Agora, os exportadores de granéis sólidos minerais que alcancem uma taxa de consignação inferior a 50% da capacidade total do navio, serão beneficiados com descontos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

REGIÃO SUDESTE - JAN DE NUL VENCE LICITAÇÃO PARA OBRAS DE DRAGAGEM NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Autoridade Portuária quer que terminal receba navios de maior porte

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br

A Jan de Nul do Brasil foi a vencedora da licitação que prevê obras de dragagem de aprofundamento no acesso aquaviário ao Porto do Rio de Janeiro. O objetivo da concorrência é de viabilizar a atracação de navios da classe New Panamax, com 366 metros de LOA, além de oferecer melhores condições de navegabilidade no porto.

Conforme apurado pelo BE News, a licitação teve três empresas interessadas. Além da Jan de Nul, fizeram propostas a DTA Engenharia Ltda e a Enterpa Engenharia Ltda. A Jan de Nul arrematou o certame com a proposta de R\$ 163.188.574,00.

De acordo com a PortosRio, Autoridade Portuária, a estimativa do volume a ser dragado é de aproximadamente 2,3 milhões de metros cúbicos.

Além da dragagem de aprofundamento, o objeto da licitação compreende também a elaboração dos projetos básico e executivo, o projeto de sinalização e balizamento, e demais serviços e operações imprescindíveis e complementares necessários para a entrega da obra.

O Grupo Jan de Nul é especialista em obras de manutenção portuária, principalmente quanto à dragagem de aprofundamento. Este ano a empresa executou as obras de engordamento da orla da praia de Meaípe, na cidade de Guarapari (ES).

Entre outros serviços executados de destaque estão a praia de Matinhos (PR) e a praia central de Balneário Camboriú (SC).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

REGIÃO SUDESTE - BALEIAS SÃO VISTAS PRÓXIMO AO CANAL DO PORTO DE SANTOS

Animais foram avistados na segunda-feira, perto do Forte da Barra, em Guarujá

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br

Reprodução/Instagram/@tu.drone e @drone_013



As duas baleias da espécie franca-austral, supostamente um adulto e um filhote, foram direcionadas para fora do canal do porto por equipes da PM Ambiental e do Ibama Crédito: Reprodução/Instagram/@tu.drone e @drone_013

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e equipes da Polícia Militar Ambiental de Santos confirmaram o aparecimento de dois mamíferos, que supostamente seriam um animal adulto e um filhote, no canal do Porto de Santos na tarde de segunda-feira (21). Segundo a empresa pública, os animais foram avistados próximo ao Forte da Barra, em Guarujá.

Apesar do aparecimento das baleias, não houve interrupção da navegação, segundo informou a Marinha.

A 5ª Companhia de Polícia Militar Ambiental Marítima do 3ºBPAMB informou ter avistado os mamíferos da espécie franca-austral por volta das 15h.

Após a notificação, embarcações da PM Ambiental, bem como do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), fizeram o monitoramento em água, bloqueando a entrada para o Porto de Santos.

Após um tempo, as equipes de resgate conseguiram fazer o direcionamento das baleias do trecho do canal de navegação para a área na altura da praia do Góes, em Guarujá.

Segundo a APS, a orientação durante o final da tarde foi para que as embarcações usassem velocidade reduzida, com atenção às manobras.

A PM Ambiental informou que nesta terça-feira, dia 21, será feito um patrulhamento caso os mamíferos estejam ainda na região. Além disso, será possível fazer um acompanhamento e melhor avaliação da mobilidade e saúde das baleias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023

REGIÃO SUL - GOVERNO DE SC ABRE PROCESSO PARA RECEBER PROPOSTAS SOBRE UTILIZAÇÃO DA ZPE DE IMBITUBA

Análise dos projetos apresentados vai determinar se a concessão da área para a iniciativa privada será viável

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



Com a abertura do processo para receber propostas, empresas interessadas terão a oportunidade de apresentar propostas sobre como a ZPE poderá ser desenvolvida Crédito: Arquivo/SCPAR

O Governo do Estado de Santa Catarina confirmou a inclusão da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado (PPI-SC),

vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda. A inclusão da futura ZPE ocorreu durante reunião, nesta segunda-feira (21), do Comitê Gestor de Parceria Públicos-Privadas de Santa Catarina (CGPPP-SC), realizado em Florianópolis.

A partir de agora, o primeiro passo a ser dado será abrir um processo para receber propostas sobre como a área poderá ser utilizada. Segundo o Governo Estadual, o mesmo procedimento foi utilizado para o Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, em Jaguaruna, que está próximo de ter o processo de concessão lançado.

“O processo é longo e a orientação do governador Jorginho Mello é não criar falsas expectativas sobre a ZPE de Imbituba. Até chegar a um possível processo de concessão, vamos precisar desses estudos que poderão indicar as melhores possibilidades de utilização da área”, comentou o secretário estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins.

Com a abertura deste processo, empresas interessadas terão a oportunidade de apresentar propostas sobre como a ZPE poderá ser desenvolvida. Os projetos apresentados serão utilizados pela Diretoria de Desestatização e Parcerias da Secretaria de Estado da Fazenda nas etapas seguintes da análise, que vai determinar se a concessão da área para a iniciativa privada é ou não viável. O cronograma deve durar de um a dois anos.

“Neste momento, o estudo não tem custos para o Estado, mas é importante para entendermos como o mercado pode se interessar pela ZPE de Imbituba. Ao final do processo, os projetos aproveitados serão reembolsados pelo vencedor da licitação da futura concessão”, afirmou o secretário da Fazenda e presidente do PPI-SC, Cleverson Siewert.

A aprovação do novo marco regulatório das ZPEs, em 2021, trouxe mais flexibilidade para a legislação e fortaleceu o modelo. Ficou permitido que, através de uma ZPE, a iniciativa privada pode investir diretamente tanto no estabelecimento dessa área alfandegada quanto na sua administração.

Na condição de áreas de livre comércio com o exterior, as empresas instaladas nestas regiões contam com suspensão de tributos na aquisição de bens e serviços que serão usados na produção de mercadorias a serem exportadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 22/08/2023

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - COMO O CONCEITO DE SANDBOX PODE AJUDAR NA INOVAÇÃO DO SETOR PÚBLICO

A coluna Tecnologia & Inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretorexecuvo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo



Roberto Paveck é Gerente de Planejamento Logístico da Autoridade Portuária de Santos

No último dia 5 de julho, Brasília foi palco de uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal que se propôs a discutir o Marco Legal das Startups e o Empreendedorismo Inovador. Em especial, foi alvo de debate os obstáculos enfrentados pela administração pública no estímulo à inovação. Durante o evento, autoridades e especialistas se dedicaram a explorar como a administração pública pode desembaraçar a intrincada questão regulatória. A regulação e a burocracia são frequentemente imperceptíveis, mas geram impacto significativo sobre o desenvolvimento da inovação, frequentemente dificultando a introdução de novas ideias e tecnologias no mercado por parte de empresas e indivíduos.

Nesse contexto, uma das opções debatidas durante a audiência foi a adoção do conceito de “sandbox” para abordar questões regulatórias. Esse conceito,



amplamente empregado na esfera tecnológica para implementar novas tecnologias, traz uma abordagem inovadora para desobstruir a burocracia e fomentar a inovação. Ele permite que empresas e startups testem novos conceitos ou produtos no setor público através da flexibilização temporária das regras tradicionais, permitindo que os reguladores compreendam melhor a tecnologia proposta.

O propósito central desse enfoque é acelerar a adoção de novas tecnologias pelo setor público, utilizando a implementação de ideias inovadoras em um ambiente controlado e monitorado. Além de agilizar processos, essa abordagem flexível propicia um aprendizado mais efetivo, viabilizando a aplicação de novos conceitos no mundo real. Adicionalmente, ela contribui para o aprimoramento dos processos regulatórios das empresas, oferecendo suporte às suas iniciativas inovadoras através da supervisão ativa por parte de uma autoridade reguladora.

No âmbito internacional, a abordagem do “sandbox” tem ganhado destaque. Segundo um estudo do Banco Mundial, mais de 50 países estão adotando essa metodologia para fomentar a inovação. Exemplos como o Japão, que implementou um regime especial em 2018, e a União Europeia, que utiliza o conceito para lidar com tecnologias emergentes, como inteligência artificial e blockchain, mostram sua relevância em diversas esferas, principalmente no setor financeiro.

Embora o Brasil esteja nos estágios iniciais desse processo, iniciativas do Banco Central e estudos conduzidos pelo Tribunal de Contas da União já indicam um movimento nesse sentido. No setor portuário, a norma da Autoridade Portuária de Santos se destaca como um exemplo prático da aplicação do “sandbox”. Através dessa norma, ideias e tecnologias têm a oportunidade de serem viabilizadas e testadas em um ambiente colaborativo e controlado, promovendo um espaço para o desenvolvimento conjunto entre empresas e a Autoridade Portuária. Essa abertura tem demonstrado resultados positivos ao impulsionar o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias por meio de parcerias dinâmicas.

Com efeito, o setor portuário se configura como um dos segmentos que poderiam colher grandes benefícios dessa abordagem inovadora. A atividade portuária é intrinsecamente regulamentada por uma série de órgãos governamentais, incluindo a Receita Federal, a Autoridade Portuária e a Anvisa, entre outras entidades. Essa complexa estrutura regulatória coexiste com uma demanda substancial por inovações tecnológicas, amplificando a necessidade de encontrar meios ágeis e eficazes de implementar novas ideias.

Em conclusão, a adoção do conceito de “sandbox” representa um passo crucial em direção a uma abordagem mais ágil e inovadora no campo regulatório. O Brasil também pode colher benefícios tangíveis em termos de inovação, crescimento econômico e colaboração entre setor público e privado. O futuro da regulação parece ser guiado por essa mentalidade, onde a experimentação e a flexibilidade regulatória são elementos fundamentais para promover um ambiente mais propício à inovação e o progresso.

A coluna tecnologia & inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 22/08/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

ANTT REALIZA LIVE SOBRE “BOAS PRÁTICAS ESG NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO”

Informações: ANTT (22 de agosto de 2023)



Evento, em parceria com a Brasil Export, vai ser transmitido online pelo Canal ANTT no Youtube, às 16h
<https://www.youtube.com/watch?v=YnXfTq5ql0M>

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Brasil Export realizam, nesta terça-feira (22/8), às 16h, um encontro online reunindo representantes de concessionárias de rodovias para debater questões sobre sustentabilidade no setor de infraestrutura – pilares que fazem parte da agenda ESG (Environmental, Social and Governance). Em tradução livre: Ambiental, Social e

Governança).

A live “Boas Práticas ESG no Transporte Rodoviário” faz parte do “Ciclo ESG” – promovido pela ANTT, em parceria com o Brasil Export, que tem como objetivo dar visibilidade às boas práticas que envolvem gestão e estruturam o futuro do desenvolvimento sustentável do nosso país. A ANTT vai transmitir o evento pelo Canal ANTT, no Youtube, a partir das 16 horas.

Participam do evento o diretor da ANTT Felipe Queiroz; o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião; João Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export; Natália Marcassa, CEO da Moveinfra; Christiana Costa, superintendente de Sustentabilidade e Responsabilidade Social da Arteris; Mônica Jaén, diretora de Sustentabilidade do grupo Ecorodovias.

Ciclo ESG – O Ciclo ESG da ANTT foi lançado em junho deste ano e pretende acelerar a implementação de iniciativas ESG voltadas à infraestrutura.

Entre as medidas, a Agência tem trabalhado para incluir requisitos contratuais com padrões de performance da Corporação Financeira Internacional (IFC), bem como ambientais do Programa Carbono Zero.

Para a ANTT, é também seu papel ser um agente para mudanças em ESG na infraestrutura brasileira. São parceiros da iniciativa, além do Brasil Export, o IFC – International Finance Corporation, do Banco Mundial.

No lançamento do programa, Felipe Queiroz disse que a agência já entende o ESG como um “fato” e, nesse sentido, a ANTT pode ser “um agente de transformação no âmbito do desenvolvimento sustentável”.

Esta é a terceira live em parceria com o Brasil Export. Em 21 de setembro, haverá um grande evento presencial na sede da ANTT, com debates mais aprofundados sobre o desenvolvimento sustentável da infraestrutura brasileira.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/08/2023

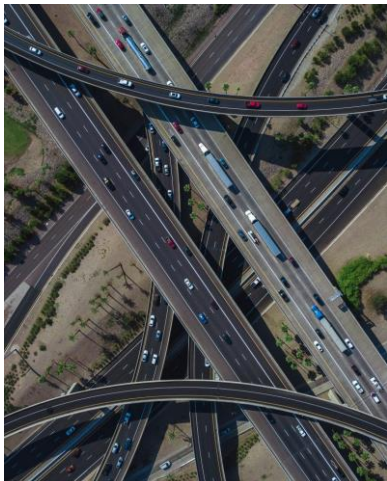
PRIMEIRO LEILÃO DE RODOVIAS DO GOVERNO LULA OCORRE NA SEXTA-FEIRA (25)

Informações: CNN Brasil (22 de agosto de 2023)

O primeiro lote de rodovias a serem privatizadas pelo governo federal vai a leilão nesta sexta-feira (25). O primeiro conjunto a ser vendido para a iniciativa privada será o sistema formado por sete trechos de rodovias federais e estaduais no Paraná, o equivalente a 473,1 quilômetros.

O pacote total do governo prevê ainda o leilão de seis lotes e o segundo ocorrerá até o final do ano.

O governador do estado, Ratinho Júnior (PSD), foi à Brasília negociar pessoalmente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em abril. A demanda começou no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e teve as regras modificadas pelo petista.



Primeiro conjunto a ser vendido para a iniciativa privada será o sistema formado por sete trechos de rodovias federais e estaduais no Paraná – Imagem de wirestock no Freepik

O leilão desta sexta ocorre na bolsa de valores (B3) em São Paulo e contará com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho. Vence a disputa quem oferecer proposta que garanta o menor valor de tarifa de pedágio na gestão dos trechos. Pelos cálculos do governo do Paraná, equivale a R\$ 0,10673/km.

De acordo com o Ministério dos Transportes, o projeto tem potencial de injetar R\$ 7,9 bilhões, ao longo dos próximos 30 anos, em expansão, duplicações, estrutura e segurança das vias.

As empresas deverão entregar as propostas até esta segunda-feira (21), junto com toda a documentação necessária, e uma sessão pública para a apresentação e disputa de preços.

A homologação do resultado ocorrerá no dia 27 de outubro, com assinatura do contrato com o vencedor devendo ocorrer até o dia 29 de dezembro. Poderão participar empresas brasileiras ou estrangeiras, de forma individual ou consorciada.

Os trechos englobam Curitiba, Região Metropolitana, Centro-Sul e Campos Gerais do Paraná e o governo do estado irá detalhar os trechos de melhorias.

Segundo o edital, publicado em maio pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), 344 quilômetros serão duplicados e 210 quilômetros receberão faixas adicionais (terceiras faixas).

Também estão previstos 44 quilômetros de novos acostamentos, 31 quilômetros de novas vias marginais, 27 quilômetros de ciclovias e 86 viadutos, trincheiras e passarelas.

Há ainda a previsão de cinco praças de pedágio: São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

A vigência do contrato será de 30 anos, com as principais intervenções a serem executadas nos primeiros cinco.

A concessionária contratada também deverá arcar com cerca de R\$ 5,2 bilhões em custos operacionais durante o período, incluindo serviços médico e mecânico, pontos de parada de descanso para caminhoneiros e sistema de balanças de pesagem.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/08/2023

PRORROGADAS INSCRIÇÕES PARA CURSO GRATUITO DE GESTÃO PORTUÁRIA EM SANTOS

Informações: Prefeitura de Santos (22 de agosto de 2023)

A Prefeitura de Santos prorrogou até o dia 31 de agosto as inscrições gratuitas para o curso 'Introdução à Gestão Portuária – IGPort', ministrado pela Fundação Cenep (Centro de Excelência Portuária) de Santos. Não há limite de vagas.

O curso é ministrado on-line, com carga horária total de 220 horas, e será realizado entre 5 de setembro e 28 de novembro. Está sendo organizado numa parceria entre a Fundação Cenep e a



Coordenadoria de Políticas da Infância e Juventude (Cojuv) do Departamento de Cidadania e Direitos Humanos da Semulher.

Para participar é preciso ter entre 18 e 29 anos, residir em Santos e possuir o Ensino Médio completo. A inscrição pode ser feita clicando aqui.

Para o coordenador municipal de Políticas para a Infância e Juventude, Gustavo Prado Ignácio, a adesão dos jovens santistas ao curso foi um sucesso extraordinário, levando à prorrogação das inscrições, que serão gratuitas a todos que tenham interesse, desde que preenchidos os requisitos.

“Esse entusiasmo demonstra claramente a alta demanda por esse conhecimento especializado em gestão portuária na comunidade local. A extensão dessa parceria vai além de simplesmente oferecer vagas gratuitas; ela reflete o compromisso em atender às aspirações educacionais e profissionais dos jovens, permitindo que um número ainda maior deles tenha acesso a uma formação que vai enriquecer suas vidas e fortalecer a economia local”.

O presidente da Fundação Cenep, Bruno Pelochs Barbino — especialista em gestão de pessoas, carreira e capacitação, disse que ficou animado com a quantidade de inscritos em um curto espaço de tempo e não poderia restringir o acesso a mais jovens que queriam estudar sobre Gestão Portuária. “Prorrogamos as inscrições até 31 de agosto para que os jovens santistas aproveitem essa oportunidade e venham se encantar sobre o universo portuário, que pode ser uma entrada para um novo nicho do mercado de trabalho”.

MÓDULOS

O conteúdo programático traz diversos aspectos da logística e do ambiente portuário. Serão abordados os seguintes temas em 12 módulos: Comércio e Logística Internacional; Fundamentos da Logística Portuária; Sistemas Portuários; Shipping; Gestão dos Terminais Portuários; Fundamentos da Oceanografia.

E ainda: Capital Humano 5.0; Segurança e Saúde das Operações e do Trabalho; Transição Energética; Portos 4.0 – ‘Smartports’; Relação Portos e Cidades; Módulo Internacional.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/08/2023

PARA GUARUJÁ, FRENTE PARLAMENTAR DEVE ACELERAR PROJETO DA LIGAÇÃO SECA

Informações: Prefeitura Municipal do Guarujá (22 de agosto de 2023)

No último dia 18, o prefeito participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista da Ligação Seca entre Guarujá e Santos

O projeto do túnel submerso entre Guarujá-Santos ganhou ainda mais força para sair do papel. Na última semana, Guarujá sediou o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Ligação Seca (FPLS), presidida pelo deputado federal, o que deve acelerar o processo de início da obra. É o que aposta o prefeito de Guarujá, um dos convidados da solenidade de lançamento da Frente, realizada no último dia 18, no Casa Grande Hotel Resort & Spa, na Enseada.

Foi apresentado um cronograma de ações do projeto, que vai interligar os 860 metros, entre as margens esquerda (Guarujá) e direita (Santos), do maior Porto do Hemisfério Sul. “Com o túnel, a travessia vai levar pouco mais de um minuto. Este é um projeto fundamental para a Baixada Santista, Estado e todo o País. Chegou a hora de avançar”, salientou o deputado.

“A mobilidade urbana é de uma enorme necessidade. A população clama por melhorias e o papel do poder público é o de facilitar a vida do cidadão. Tenho certeza de que

agora, com a Frente Parlamentar somando forças, este sonho antigo está mais perto de se tornar realidade”, discursou o prefeito de Guarujá.

A solenidade contou com o apoio da Prefeitura de Guarujá, Prefeitura de Santos, Instituto Brasileiro de Infraestrutura e Autoridade Portuária. Além do chefe do Executivo guarujaense e do deputado federal, participaram do evento o diretor-presidente da Autoridade Portuária; o secretário Executivo de Parcerias do Estado de São Paulo; entre outras autoridades.

Projeto

Orçada em R\$ 5,8 bilhões, a obra deve ser licitada no próximo ano e a previsão de entrega é para 2028. Recentemente, o Governo Federal, representado pela Casa Civil, incluiu recursos para a concretização da ligação seca no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e anunciou sua viabilização por meio de Parceria Público Privada (PPP). Será uma parceria entre União e Governo do Estado, com concessão à iniciativa privada, por meio do Programa de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

CODEBA FINALIZOU O MÊS DE JULHO COM A MAIOR MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DOS ÚLTIMOS 13 MESES

Informações: CODEBA (22 de agosto de 2023)

Nos Portos da CODEBA, ao longo do mês de julho de 2023, foram movimentadas 1.209.653 toneladas, o que representou um aumento de 7,87%, em relação ao mesmo período de 2022, quando foram movimentadas 1.121.392 toneladas, nos Portos Públicos. Esse número representa a maior movimentação mensal realizada pela Companhia desde Junho/2022.

Como grande destaque temos o Porto de Ilhéus, que no mês de julho de 2023 movimentou 112.086 toneladas, apresentando um aumento de 86,53% em relação ao mês de julho de 2022, quando foram movimentadas 60.091 toneladas. Esse desempenho foi impulsionado pela movimentação de Soja no Porto.

Outro destaque ocorreu no Porto de Aratu-Candeias, que no mês de julho de 2023 movimentou 681.940 toneladas, apresentando um crescimento de 17,03% em relação ao mês de julho de 2022, quando foram movimentadas 582.718 toneladas.

Já o Porto de Salvador, apesar de apresentar uma queda nas movimentações no mês de julho de 2023, tem como ponto positivo o crescimento acumulado nas exportações no ano de 2023.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

GOVERNO DE SÃO PAULO AUMENTA FAIXA ETÁRIA DO JOVEM APRENDIZ PAULISTA ATÉ 24 ANOS

Informações: Governo do Estado de São Paulo (22 de agosto de 2023)



O objetivo é abranger novas áreas de atuação de micro e pequenas empresas, como bares e restaurantes, e beneficiar mais jovens – Foto: Governo de SP

O Governo do Estado de São Paulo ampliou a faixa etária de jovens, até 24 anos, para participação no Programa Jovem Aprendiz Paulista. Com isso, mais segmentos ocupacionais de micro e pequenas empresas serão contemplados. Antes, o limite de idade era de 18 anos, o que de acordo com a Lei do Aprendiz (10.097/2000), impossibilitava a

adesão de negócios específicos, como bares, restaurantes e telemarketing. A iniciativa foi publicada nesta terça-feira (22) no Diário Oficial do Estado.

O Jovem Aprendiz Paulista é um programa coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico com a Secretaria de Projetos Estratégicos que possibilita empresas classificadas como ME e EPP a contratarem aprendizes de 14 a 24 anos com capacitação técnica toda custeada pelo estado. Além disso, o empresário que adere à iniciativa conta com uma série de benefícios, como recolhimento do FGTS menor (apenas 2%), sem custos com demissões e todo suporte no trâmite de contratação. Outro benefício é ter a possibilidade de contratar um aprendiz do próprio bairro onde seu negócio está instalado, facilitando no deslocamento e ampliando a conexão com a comunidade. Empresários e estudantes podem se inscrever no site jovemaprendiz.sp.gov.br

As micro e pequenas empresas (MPE) representam 66% de todas as empresas abertas no estado de São Paulo, segundo dados da Junta Comercial. Além disso, de acordo com o Sebrae, em 2022, a cada 10 postos de trabalho gerados no Brasil, aproximadamente 8 foram criados pelas micro e pequenas empresas, o que reforça a importância do segmento na economia. “A micro e pequena empresa é a verdadeira escola do trabalho”, ressalta o secretário Guilherme Afif Domingos.

Aos jovens, o programa oferece a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho por até 24 meses recebendo um salário-mínimo/hora e treinamento. São quatro dias de trabalho, em jornada que pode ser de 4 a 6 horas diárias, e um dia exclusivo de capacitação online, com preparação comportamental e postura em ambiente de trabalho. Como requisito, o interessado precisa estar regularmente matriculado no ensino fundamental, no ensino médio ou Ensino Jovem Adulto (EJA) da rede pública.

Ao se cadastrarem no programa, os jovens aprendizes serão direcionados às vagas de emprego de acordo com a localização da empresa e o local de moradia, que devem ser próximas. A família do aprendiz estará envolvida em todo o processo de contratação, com acompanhamento dos pais/responsáveis (no caso de menores de 18 anos) e orientação de tutores do programa.

Para o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, o programa contribui para o desenvolvimento regional já que grande parte dos municípios paulistas conta com menos de 50 mil habitantes, e o empreendedorismo e os pequenos negócios são uma forte alavanca para geração de emprego e renda.

“Com o programa, estamos gerando oportunidade para oferecer ao jovem a chance de um futuro melhor, com mais dignidade, além de fortalecer os laços com a escola e a família e impulsionar a economia e o empreendedorismo”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/08/2023

ANTT REAJUSTA TABELA DOS PISOS MÍNIMOS DE FRETE

Informações: ANTT (22 de agosto de 2023)



Varição positiva nos valores ocorre após elevação acumulada no preço do Diesel S10 de 9,13% – Imagem de teksomolika no Freepik

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou, no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (22/8), a atualização dos valores dos pisos mínimos de frete do transporte rodoviário de cargas. A Portaria Suroc nº 19/2023 estabelece novos coeficientes de pisos mínimos de frete em decorrência de reajuste no preço do Diesel S10 ao consumidor de 9,13%.



O reajuste considera o preço final do Diesel S10 nas bombas, uma vez que a Lei nº 14.445/2022 determina que a tabela seja reajustada sempre que ocorrer oscilação no valor do combustível superior a 5%, seja para baixo ou para cima, chamada de “gatilho”.

Segundo levantamento da ANP, entre 13/8/2023 e 19/8/2023, o preço médio do Diesel S10 ao consumidor ficou em R\$5,50 por litro, o que resultou em um percentual de variação acumulado de 9,13%, desde quando ocorreu o último reajuste na tabela frete.

Com o atingimento do gatilho, os reajustes médios tabela frete foram os seguintes, de acordo com o tipo de operação:

Tabela A – transporte rodoviário de carga de lotação: 3,38%

Tabela B – veículo automotor de cargas: 3,88%

Tabela C – transporte rodoviário de carga lotação de alto desempenho: 4,19%

Tabela D – veículo de cargas de alto desempenho: 4,77%

Histórico – Pela legislação, a Agência tem de reajustar a tabela do frete a cada seis meses ou quando a variação do preço do diesel for igual ou superior a 5%, quando é acionado o mecanismo de gatilho.

A Lei nº 14.445/2022, que institui a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (PNPM-TRC), determina que compete à ANTT publicar norma com os pisos mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas.

Para saber tudo sobre a Política Nacional dos Pisos Mínimos de Frete (PNPM), clique aqui.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

TODO O RODOANEL MÁRIO COVAS PASSA A ACEITAR PAGAMENTO DE PEDÁGIO POR APROXIMAÇÃO

Informações: Governo do Estado de São Paulo (22 de agosto de 2023)

Modelo de recebimento via cartão já é aceito em 129 praças de pedágio do Estado; nos Trechos Leste e Sul a aceitação é na modalidade débito

A partir desta segunda-feira (21), as praças de pedágio dos trechos Sul e Leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) passam a aceitar pagamento com cartão de débito por aproximação. Com a adesão desses segmentos do anel viário a essa modalidade de cobrança, todo o Rodoanel está equipado para esse modelo de pagamento, já que o sistema já era aceito nas 13 praças do Trecho Oeste.

No total, já são 129 praças de pedágio do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado, fiscalizado e gerenciado pela ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo, que aceitam o pagamento por aproximação. Delas, 81 aceitam cartão de crédito e débito e 48 somente débito.

Trecho Sul e Leste do Rodoanel

As onze praças de pedágio dos trechos Sul e Leste do Rodoanel, segmento rodoviário operado pela da SPMar, foram equipadas para receber este tipo de pagamento com cartões que tenham a tecnologia NFC (Near Field Communication), que não exige a digitação de senha. Basta conferir se o seu cartão utiliza essa plataforma.

Atualmente, a forma de pagamento já é aceita em mais de 73% das praças de pedágio das rodovias concedidas do Estado de São Paulo. Das 20 concessionárias sob sua gestão, 16 já implantaram essa modalidade de cobrança. “Com o pagamento com cartão por aproximação, o motorista ganha mais conforto e segurança, com paradas mais ágeis nas praças de pedágio e maior fluidez do trânsito”, explica Milton Persoli, diretor geral da ARTESP.



O uso desta tecnologia começou em 2020, com investimentos das concessionárias Ecovias e Ecopistas, as primeiras a implantar a ferramenta nas praças de pedágio das rodovias do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) e do Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto.

Rodovias que aceitam pagamento por aproximação com cartão de débito e crédito:

Tebe – 3 praças de pedágio

Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP – 326) – Praça Colina

Rodovia Comendador Pedro Monteleone (SP – 351) – Praça Pirangi

Rodovia José Della Vechia/Orlando Chesini Ometto (SP – 323) – Praça Monte alto

Rota das Bandeiras – 8 praças de pedágio

Rodovia Dom Pedro I (SP – 065) – Praça de Igaratá

Rodovia Dom Pedro I (SP – 065) – Praça de Itatiba

Rodovia Dom Pedro I (SP – 065) – Praça de Atibaia

Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP – 332) – Praça de Paulínia A e Paulínia B

Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP – 332) – Praça de Engenheiro Coelho

Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP – 360) – Praça de Jundiá

Rodovia Romildo Prado (SP – 063) – Praça de Louveira

Ecovias – 7 praças de pedágio

Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP – 055) – Praça de Santos

Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP – 055) – Praça de São Vicente

Rodovia Anchieta (SP – 150) – Praça de Riacho Grande

Rodovia dos Imigrantes (SP – 160) – Praças de Diadema, Eldorado, Batistini, Piratininga

Ecopistas – 4 praças de pedágio

Rodovia Ayrton Senna (SP – 070) – Praças de Itaquaquecetuba, Guararema, São José dos Campos, Caçapava

CCR ViaOeste – 8 praças de pedágio

Rodovias Castello Branco (SP – 280) – Praças de Osasco, Barueri, Itapevi e Itu

Rodovia Raposo Tavares (SP – 270) – Praças de São Roque, Alumínio e Araçoiaba da Serra

Rodovia Senador José Ermírio de Moraes (SP – 075) – Praça de Sorocaba

CCR SPVias – 10 praças de pedágio

Rodovia Castello Branco (SP – 280) – Praças de Quadra, Itatinga e Iaras

Rodovia Raposo Tavares (SP – 270) – Praça de Alambari

Rodovia João Mellão (SP – 255) – Praça de Avaré

Rodovia Francisco Alves Negrão (SP – 258) – Praça de Itararé e Buri

Rodovia Antônio Romano Schincariol (SP – 127) – Praças de Morro do Alto (Tatuí) e Morro do Alto (Itapetininga)

Rodovia Francisco da Silva Pontes (SP – 127) – Praça de Gramadão

CCR AutoBAn – 10 praças de pedágio

Rodovia Via Anhanguera (SP – 330) – Praças de Perus, Valinhos (1 e 2), Nova Odessa, Limeira

Rodovia dos Bandeirantes (SP – 348) – Praças de Caieiras, Campo Limpo, Itupeva, Sumaré e Limeira

CCR RodoAnel – 13 praças de pedágio (nas saídas e acessos a outros trechos)

Rodovia Governador Mário Covas (SP – 021) / Trecho Oeste – Praças Raimundo Pereira de Magalhães; Bandeirantes (ramo F); Bandeirantes (Ramo A); Anhanguera (Ramo F); Anhanguera (Ramo E); Anhanguera (ramo A); Castello Branco (ramo E); Castello Branco (Ramo A); Padroeira (ramo F); Padroeira (Ramo A); Raposo Tavares (ramo E); Raposo Tavares (ramo A); Osasco (ramo E).



Tamoios – 2 praças de pedágio

Rodovia dos Tamoios (SP – 099) – Praça Jambreiro e de Paraibuna

Renovias – 9 praças de pedágio

Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros (SP – 340) – Praça Jaguariúna

Rodovia Dep. Mário Beni (SP – 340) – Praça Estiva Gerbi

Rodovia Prof. Boanerges Nogueira de Lima (SP – 340) – Praça Casa Branca

Rodovia Prof. José André de Lima (SP – 340) – Praça Mococa

Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros (SP – 342) – Praça Espírito Santo do Pinhal

Rodovia Gov. Dr. Adhemar Pereira de Barros (SP – 342) – Praça Águas da Prata

Rodovia Dom Tomás Vaquero (SP – 344) – Praças Aguai e S. João da Boa Vista

Rodovia Dep. Eduardo Vicente Nasser (SP – 350) – Praça Itobi

Rodovia Dom Tomás Vaquero (SP – 344) – Km 219 – Praça de Aguai

EcoNoroeste – 7 praças de pedágio

Rodovia Washington Luís (SP – 310) – Praças de Agulha, Araraquara e Catinguá

Rodovia Brigadeiro Faria Lima (SP – 326) – Praças de Taiuva e Dobrada

Rodovias Carlos Tonanni/ Nemésio Cadetti/ Laurentino Mascari/ Dr. Mário Gentil (SP – 333) – Praças de Itápolis e Jaboticabal

Rodovias que aceitam pagamento por aproximação só com cartão de débito:

AB Colinas – 9 praças de pedágio

Rodovia Eng^o. Ermênio de Oliveira Penteado (SP – 075) – Praça Indaiatuba

Rodovia Eng^o. Ermênio de Oliveira Penteado (SP – 075) – Praça Indaiatuba (Bloqueio Sul)

Rodovia Eng^o. Ermênio de Oliveira Penteado (SP – 075) – Praça Indaiatuba (Bloqueio Norte)

Rodovia Fausto Santomauro (SP – 127) – Praça Rio Claro

Rodovia Cornélio Pires (SP – 127) – Praça Rio das Pedras

Rodovia Castelo Branco (SP – 280) – Praça Boituva

Rodovia Castelo Branco (SP – 280) – Praça Boituva (Bloqueio)

Rodovia Dom Paulino Bueno Couto (SP – 300) – Praça Itupeva

Rodovia Marechal Rondon (SP – 300) – Praça Porto Feliz

ViaRondon – 8 praças de pedágio

Rodovia Marechal Rondon (SP – 300) – Praças de Avaí, Pirajuí, Promissão, Glicério, Rubiácea, Lavínia, Guaraçaí e Castilho

Intervias – 9 praças de pedágio

Rodovia Monsenhor Clodoaldo de Paiva (SP – 147) – Praça Mogi Mirim

Rodovia Eng^o João Tosello (SP – 147) – Praça Limeira

Rodovia Dep. Laércio Corte (SP – 147) – Praça Iracemapolis

Rodovia Wilson Finardi (SP – 191) – Praça Araras

Rodovia Wilson Finardi (SP – 191) – Praça Rio Claro

Rodovia Vicente Botta (SP – 215) – Praça Santa Cruz Palmeiras e Descalvado

Rodovia Anhanguera (SP – 330) – Praça Leme, Pirassununga

ViaPaulista – 11 praças de pedágio

Rodovia Anhanguera (SP – 330) – Praças de Santa Rita do Passa Quatro e São Simão

Rodovia Antônio Machado Sant'Anna/Comandante João Ribeiro de Barros/Otávio Pacheco de Almeida Prado/João Mellão/Eduardo Saigh (SP – 255) – Praças de Guataparará, Boa Esperança do Sul, Jahu, Botucatu, Itaí e Coronel Macedo

Rodovia Cândido Portinari (SP – 334) – Praças de Batatais e Restinga

Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (SP – 318) – Praça de São Carlos

SPMAR – 11 praças de pedágio (nas saídas e acessos a outros trechos)

Rodovia Governador Mário Covas (SP -021). No Trecho Sul: km 50 (saída do Trecho Sul para o Oeste); km 70,2 – pista Externa sentido Litoral (saída para Imigrantes); km 70,3 – pista Externa



sentido Capital (saída para Imigrantes); km 71,4 – pista Interna (saída para Imigrantes); km 75,5 – pista interna (saída para Anchieta); km 86 – pista externa (saída para o Trecho Leste); SPA 086/021 (saída para Avenida Papa João XXIII). No Trecho Leste: Km 88 -pista interna (saída para Avenida Papa João XXIII); Km 87 – pista interna (saída para o Trecho Sul); Km 124,7 – alças interna e externa (saída para a Rodovia Ayrton Senna); km 128 – pista externa (saída para a Via Dutra).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

VLI E ALE REALIZAM PRIMEIRO FLUXO DE RETORNO DE BIOCOMBUSTÍVEIS EM CONJUNTO, NA FERROVIA NORTE-SUL

Informações: Revista Cultivar (22 de agosto de 2023)

A VLI – companhia de soluções logísticas que opera portos, ferrovias e terminais – e a distribuidora de combustíveis ALE fizeram, em conjunto, pela primeira vez, um fluxo ferroviário de biocombustíveis de Porto Nacional (TO) a São Luís (MA), pela Ferrovia Norte-Sul. No total, foram transportados 545 metros cúbicos de etanol anidro, utilizados para abastecer postos da rede ALE no Maranhão.

A operação foi realizada no mês de julho e viabilizada após a construção conjunta da solução logística por ambas as empresas. O fluxo, que até então era feito por rodovia, demandava, em média, três caminhões para cada vagão carregado. Esses veículos percorriam uma distância de mais de 1.300 km para alcançar o destino da carga. A distribuidora é cliente histórica da VLI e realiza com regularidade o fluxo oposto por trajeto ferroviário, movimentando combustíveis de São Luís a Porto Nacional.

“Este é um exemplo de cocriação de solução com o nosso cliente, garantindo a construção conjunta de uma movimentação de carga de forma mais segura, eficiente e sustentável pela VLI e a ALE. Isso porque o fluxo de retorno representa um maior aproveitamento dos vagões utilizados no transporte de combustíveis, que fariam o trajeto de volta a São Luís vazios. Agora os vagões percorrem o trecho com a carga da ALE, gerando uma melhor equação de emissão de carbono por tonelada transportada no sistema integrado das duas empresas. Sem contar que o modal ferroviário garante mais eficiência do ponto de vista energético do que o rodoviário, utilizado até então para este transporte.”, afirma o gerente comercial de Combustíveis da VLI, João Carlos Apolônio de Souza.

O gerente de Estratégia Logística da ALE, Elmer Vinhote, explica que a iniciativa teve caráter experimental, com o objetivo de avaliar a viabilidade da operação. “Obtivemos êxito e a intenção agora é expandir essa modalidade em colaboração com a VLI, explorando mais a fundo essa estratégia, que ainda possui potencial pouco explorado pelo mercado”, afirma.

Ele comenta que há previsão de novos projetos em conjunto com a VLI. “Estamos sempre em busca de novas parcerias para viabilizar inovações logísticas e outros projetos que visam trazer valor para as empresas e para nosso consumidor final”, destaca Vinhote. “Essa abordagem colaborativa fortalece o desenvolvimento de soluções eficientes e sustentáveis, beneficiando toda a cadeia de fornecimento e proporcionando resultados positivos para o setor como um todo”, complementa.

Operado pela VLI, o tramo norte da Ferrovia Norte-Sul é um canal de escoamento de alta eficiência, por onde a produção do agronegócio da região do Matopiba é direcionada à exportação pelo sistema portuário de São Luís, além de cargas como celulose e combustíveis – nesse último caso, para abastecimento do mercado interno. Em 2022, a VLI movimentou cerca de 15 milhões de toneladas na FNS, um aumento de 18% em relação ao ano anterior. O crescimento da movimentação acompanha a expansão da produção brasileira e o foco da companhia no planejamento e na estabilidade operacional, o que permite o transporte de cargas de maneira segura e eficiente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

NAVIO É ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL VERDE NO EGITO

Informações: ANBA (22 de agosto de 2023)



Navio porta-contêineres da Maersk recebeu metanol verde no Porto Said. Autoridade egípcia informa que foi o primeiro abastecimento do tipo na África e no Oriente Médio.

Cairo – A Autoridade Geral da Zona Econômica do Canal de Suez anunciou o sucesso do abastecimento de um navio porta-contêineres com combustível verde (metanol verde) na área oriental do Porto Said, localizado no Canal de Suez, no Egito. O processo de reabastecimento levou aproximadamente seis horas, sendo o primeiro do tipo no Egito, na África e no Oriente Médio, segundo informações da Autoridade.

Com esse novo passo, o Egito procura restaurar o seu papel na prestação de serviços de abastecimento de navios, seja com combustíveis convencionais ou verdes, e assim maximizar a utilização dos seus portos marítimos no Mar Vermelho e no Mediterrâneo.

Um comunicado emitido pela Zona Econômica do Canal de Suez do Egito informou o abastecimento do navio porta-contêineres da empresa de transporte marítimo Maersk. O navio foi abastecido pela barcaça Lara S, da prestadora de serviços OCI Global, que atua na área de abastecimento de navios com combustível verde e é a maior produtora de combustível à base de metanol do mundo.

O navio porta-contêineres foi abastecido com 500 toneladas no Terminal de Contêineres do Canal de Suez, principal operador do porto de Porto Said Oriental. Esse volume de abastecimento é o maior em comparação com o abastecimento do mesmo navio com metanol verde em suas duas paradas anteriores, na Ásia, como parte de uma viagem até a Europa.

Os esforços da Zona Econômica do Canal de Suez para transformar seus portos em centro regional para abastecimento de navios se dá em meio ao trabalho do país para instalar na região indústrias de combustível verde, indústrias de alimentos e complementares, a fim de maximizar o aproveitamento de todo o potencial oferecido por sua localização geográfica única, em comparação com outras zonas econômicas concorrentes.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023

MS RECEBERÁ NOVO TERMINAL INTERMODAL PARA ESCOAR PRODUÇÃO DE CELULOSE

Informações: Revista Ferroviária (22 de agosto de 2023)

O município de Inocência, a 339 km da Capital, receberá novo terminal intermodal às margens da MS-240. A partir desse terminal, a celulose produzida pela empresa Suzano será transportada via ferrovia até o Porto de Santos, litoral de São Paulo.

De acordo com a empresa, o novo terminal contará com uma área construída total de quase 24,2 mil m², além de 8,8 mil metros de linha ferroviária interna e externa, com estruturas para vagões em reserva, segregados, carregados, e espaço para manobras de locomotivas e vagões.

O objetivo é otimizar suas operações logísticas e o escoamento da produção de sua nova fábrica em Ribas do Rio Pardo, a 103 km de Campo Grande.

De acordo com o diretor de engenharia da Suzano, Maurício Miranda, a construção desse terminal também pretende aprimorar a eficiência das operações de desembarque de caminhões e embarque em vagões, mas, ao mesmo tempo, reduzir o impacto ambiental.

“Além de mais eficiente e competitivo, o transporte ferroviário retira caminhões das estradas, tornando-se uma alternativa sustentável. Já somos ‘carbono negativo’, ou seja, capturamos mais CO₂ do que emitimos, e queremos ser cada vez mais”, comenta Maurício.

Emprego – As obras do terminal intermodal tiveram início no primeiro semestre de 2023 e atualmente envolvem cerca de 280 trabalhadores distribuídos em três frentes de trabalho: serviços de terraplanagem, implantação da ferrovia e fundações prediais.

O pico da obra está previsto para novembro deste ano, quando se estima que cerca de 320 postos de trabalho sejam gerados. Após sua conclusão, esperada para o terceiro trimestre do próximo ano, o terminal deverá empregar cerca de 80 profissionais para sua operação.

Com os novos investimentos, a Suzano passará a contar com dois terminais intermodais em Mato Grosso do Sul. O primeiro implantado pela companhia foi inaugurado em 2017, em Aparecida do Taboado, para escoar a produção da Unidade de Três Lagoas.

Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/economia/ms-recebera-novo-terminal-intermodal-para-escoar-producao-de-celulose>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/08/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

LEILA BARROS APRESENTA RELATÓRIO DO PROJETO DE CRIAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE CARBONO

O substitutivo é a proposta negociada pelo governo federal para regulamentar o sistema brasileiro de comércio de emissões de carbono

Por *Millena Brasil* 22 de agosto de 2023 Em Congresso, Transição energética



BRASÍLIA – A senadora Leila Barros (PDT/DF) apresentou na segunda (21/8) o relatório do PL 412/2022, projeto que estabelece o mercado de carbono no Brasil, na Comissão do Meio Ambiente (CMA) do Senado.

O substitutivo é a proposta negociada pelo governo federal para regulamentar o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

O texto conta com o aval dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e da Fazenda.

Diversas pastas, entre elas a Casa Civil e o Ministério de Meio Ambiente, participaram do debate, que envolveu o mercado, principalmente, por meio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A indústria brasileira é o principal alvo da regulamentação.

“Essa parceria revelou-se crucial, já que a implantação do sistema de comércio de emissões proposto será realizada pelo Executivo e envolve diretamente seus órgãos no âmbito doméstico e global”, diz a senadora no relatório.

A proposta faz parte do Plano de Transição Ecológica, prometido pelo ministro Fernando Haddad (PT). O governo está otimista com a aprovação no Congresso Nacional este ano e a emissão dos primeiros créditos em 2024.



Sem espaço no orçamento, a grande aposta da equipe econômica é canalizar recursos existentes – como a carteira do BNDES – e instrumentos financeiros para bancar o desenvolvimento de cadeias industriais. O mercado de carbono é uma peça dessa estratégia.

O relatório saiu após o governo sinalizar que o marco legal é uma das prioridades na pauta da transição verde. A expectativa é de que o projeto seja aprovado a tempo da COP28, agendada para novembro nos Emirados Árabes Unidos.

Ano passado, o substitutivo do PL 412/2022, pelo ex-senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com emendas do agro. Agora, o PL está pronto para ser pautado na CMA.

O que diz a proposta para o mercado brasileiro de carbono?

O projeto segue a ideia inicial: definir um teto de emissões a partir de 25 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por ano, atingindo, sobretudo, as indústrias intensivas em carbono, como siderúrgicas, petroquímicas, entre outras.

Na prática, as empresas que emitirem acima do limite permitido passam a ser reguladas e terão que reduzir ou comprar créditos de carbono para compensar essas emissões.

E caso permaneçam abaixo do limite predefinido, poderão comercializar a cota com outras que não conseguiram atingir suas próprias metas e, conseqüentemente, precisam adquirir créditos para a compensação.

Setores ou regiões poderão receber isenções

O texto define que o Plano Nacional de Alocação, um dos eixos centrais do mercado inglês, poderá “estabelecer tratamento diferenciado para determinados operadores em razão de seu faturamento, níveis de emissão, setor econômico e localização”.

A justificativa é fazer correções que levem à preservação da competitividade, em razão do custo da compra obrigatória de créditos.

Um tema que foi discutido no Congresso Nacional, no passado, em razão da preocupação de parlamentares com o aumento do custo para a indústria de determinadas regiões do país.

O SBCE é inspirado no sistema de comércio de emissões (ETS, na sigla em inglês) da União Europeia, conhecido como cap and trade.

A escolha busca garantir a aceitação dos créditos no exterior, além de disparar acordos comerciais.

O relatório também destaca que existem cerca de 73 sistemas de precificação de carbono em operação pelo mundo, apontando a importância de o Brasil regulamentar o mercado devido à riqueza em recursos florestais e à composição da matriz energética.

“O Brasil tem papel crucial para suprir a demanda de ativos ambientais no contexto de um mercado global de carbono, considerando nosso imenso patrimônio florestal e nossa matriz energética. Um robusto marco regulatório é a base para a transição econômica e climática pretendida”, afirma Leila Barros, em seu substitutivo.

Quanto à tributação, o texto estabelece que os lucros provenientes da venda desses ativos estarão sujeitos a imposto de renda, mas isentos de PIS e Cofins.

Agenda verde na Câmara dos Deputados

Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), sinalizou que o mercado de carbono terá vez na “agenda verde” da casa legislativa, até outubro, antes do retorno da PEC da Reforma Tributária, em tramitação no Senado.

Ao optar pelo apoio à tramitação via substitutivo, o governo federal tenta acelerar a tramitação, com a entrega aos deputados de um texto com aprovação dos senadores.

Na Câmara, são esperadas discussões sobre a industrialização de baixo carbono no setor automobilístico, com os programas Combustível do Futuro e Rota 2030, e as regulações para novas tecnologias sustentáveis, como as eólicas offshore.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/08/2023

ZEMA TENTA EXCLUIR CONSULTA POPULAR PARA PRIVATIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

PEC tenta tirar do papel a promessa de privatização das estatais do estado, entre elas, a a Cemig
Por epbr 22 de agosto de 2023 Em Comece seu Dia, Mercado de gás, Política energética, Setor elétrico



Romeu Zema visita a ALMG para discutir a privatização de estatais de Minas (Foto: Guilherme Bergamini/ALMG)

PEC para privatizações em Minas Gerais. O governador Romeu Zema (Novo) encaminhou nesta segunda (21/8) para a assembleia do estado uma proposta de emenda à Constituição para simplificar e agilizar desestatizações.

– Prevê necessidade de maioria simples (e não mais 3/5 dos deputados estaduais) para aprovação das leis que autorizam mudança na estrutura societária ou cisão de estatais ou empresas de capital misto.

– A PEC também dispensa a obrigação de realização de referendos, para consultar a população sobre a desestatização.

Zema tenta, no segundo mandato, cumprir a promessa de privatizações. Na lista de prioridades estão a Cemig, do setor de energia e controladora da Gasmig; e a Copasa, de saneamento.

– Cemig e Gasmig têm contratos de concessão até 2045 e 2053, respectivamente. Em 2022, antes de sua reeleição, Zema propôs a liquidação das empresas, mas o projeto não avançou.

Recentemente, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira – do PSD de Minas Gerais – defendeu que a consulta popular seja mantida para as privatizações no estado.

Senador defende ressarcimento às petroleiras. Carlos Portinho (PL/RJ), autor do PDL 205/23, tem se movimentado nos bastidores em busca de apoio para a proposta de ressarcimento às empresas do setor de óleo e gás que, entre março e junho de 2023, pagaram imposto sobre exportações de petróleo bruto.

– Para o parlamentar, a aprovação do projeto seria uma “antecipação” do estado frente à possibilidade de “severa judicialização”.

A Acelen, que opera a Refinaria de Mataripe (BA), viu seus títulos de dívida em dólar recuarem 29%, para cerca de 63 centavos de dólar, desde fevereiro.

– A perspectiva para a dívida com vencimento em 2031 foi revisada para negativa pela Moody's, em meio à percepção crescente de riscos sobre a geração de caixa da companhia do fundo Mubadala, após mudanças na política de preços dos combustíveis da Petrobras.

Preço do QAV cai 30%, mas passagens aéreas não acompanham. Companhias aéreas encaram redução de custos com a compra do combustível com cautela, enquanto enfrentam pressão do governo federal para baratear passagens e ampliar acesso aos voos.



Petróleo recua. Brent para outubro cedeu 0,4%, a US\$ 84,46 o barril, pressionado pela preocupação dos investidores sobre a política monetária nos EUA e as dificuldades enfrentadas pela economia da China.

Debêntures incentivadas para revitalização no RN. A 3R Petroleum quer emitir debêntures incentivadas para financiar o desenvolvimento dos campos de Macau e Salinas Cristal, na Bacia Potiguar. Os investimentos são estimados em R\$ 700 milhões.

Descobertas na Namíbia impressionam. Em 18 meses, Shell e TotalEnergies já descobriram ao menos 11 bilhões de barris de petróleo e mais de 8,7 trilhões de pés cúbicos de gás natural na bacia de Orange, segundo autoridades do país africano.

– A Namíbia está localizada na margem oeste do continente – região que possui uma evolução geológica similar à da Margem Equatorial brasileira. A Petrobras, aliás, cogita voltar a investir na África, depois de encerrar uma presença de quatro décadas por lá.

Agenda regulatória. ANP prioriza infraestrutura e prevê revisão de regras para acesso à infraestrutura e gasodutos em 2023. Na revisão do cronograma, o gas release ficou para 2025. Veja como ficou a agenda do gás natural

Mercado de GNL continua aquecido. Número de novos projetos aprovados no mundo deve bater novo recorde em 2023. Bernstein Research prevê que o mercado global permanecerá quente no médio prazo, com a sanção de novos projetos. Os EUA lideraram a corrida este ano, com projetos sancionados de até 67 milhões de toneladas/ano.

Efeitos da guerra. A Orlen assinou um contrato com a estatal de gasodutos da Polônia Gaz-System para instalar o segundo terminal de regaseificação flutuante no país, com capacidade para até 58 cargas por ano, no Mar Báltico. Alternativa ao gás russo.

UE lança regras para ajuste de fronteira. A União Europeia publicou na semana passada as primeiras regras do seu mecanismo de ajuste de fronteira de carbono (CBAM, em inglês), um imposto para precificar as emissões dos produtos que são importados pelos países membros. Entenda o que é o CBAM da UE e qual o impacto para o Brasil

Raízen certifica etanol para produção de combustível de aviação. Com a certificação do biocombustível produzido no Parque de Bioenergia Costa Pinto em Piracicaba (SP), a Raízen se torna a primeira produtora de etanol do mundo no Corsia, programa de compensação de carbono da aviação internacional.

Enel: raio causou apagão na região metropolitana de Fortaleza. Na madrugada deste sábado (19/8), os consumidores ficaram cerca de 1 hora e 30 minutos sem luz. De acordo com a distribuidora cearense, uma descarga atmosférica atingiu o para-raios de uma subestação e provocou um defeito no interruptor do sistema. Diante da oscilação de energia, o sistema foi desligado para proteger os transformadores.

Mercado livre. Mais de 5 mil consumidores solicitaram a migração para o ambiente livre em 2024, segundo a Aneel. A partir de janeiro, o mercado livre será aberto para todos os mais de 200 mil consumidores do grupo A, que incluem clientes de alta e média tensão, assim como aqueles que recebem energia por linhas subterrâneas.

– A estimativa é que 72 mil clientes migrem, já descontando aqueles que optaram por outros modelos de contratação de energia, como a geração distribuída.

Saneamento. A Cedae, responsável pela captação e tratamento de água no estado do Rio de Janeiro lançou edital para compra de energia no ambiente livre. O pregão, marcado para 1º de

setembro, visa a suprir 20% do gasto de energia da companhia, que totalizou R\$ 664 milhões em 2022. A energia é um dos dois maiores custos da Cedae.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/08/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

LIRA NEGA CRISE COM O GOVERNO EM TAXAÇÃO DE FUNDOS OFFSHORE

Governo editou medida, mas vai enviar um projeto de lei tratando do tema

Por Manoel Ventura — Brasília



O presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em foto de arquivo — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou nesta terça-feira crise com o governo Lula por conta da resistência em votar a taxaço das offshores (contas no exterior, geralmente em paraísos fiscais). Ele confirmou que o governo deve retirar essa tributação da medida provisória (MP) do salário mínimo e reenviá-la por meio de um projeto de lei junto com outras questões envolvendo a tributação sobre a renda.

— Não existe crise. O que existiu foi que não havia combinação. Nenhum líder soube da transposição de uma medida provisória para outra. Isso não foi discutido com o presidente Pacheco (Rodrigo Pacheco, do Senado), com o presidente Arthur, nem com nenhum líder partidário da Câmara. Não é possível se fazer dessa matéria — disse Lira, em entrevista à imprensa.

O projeto deve ser enviado ao Congresso com urgência constitucional, o que faz com que tranque a pauta após 45 dias. Lira reforçou esse prazo e disse que isso é mais rápido que uma medida provisória.

A tributação dos fundos offshore está em discussão na Câmara e é fundamental para a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) até R\$ 2.640. Líderes da Câmara e o presidente Arthur Lira (PP-AL) resistem à aprovação da medida agora.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também tem se mostrado contra votar a medida neste momento. Eles já disseram que preferem que o assunto seja endereçado por projeto de lei.

compensaria a renúncia fiscal com a elevação da isenção do IR, também em torno desse valor. Uma medida provisória (MP) foi editada com essa regra como compensação ao aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda.

Posteriormente, contudo, a pedido do governo, as mudanças no IR e nos fundos offshore foram inseridas também na MP que trata sobre o salário mínimo. Todas essas medidas vencem no dia 28 de agosto — ou seja, precisam ser votadas até segunda-feira na Câmara e no Senado para não perder a validade.

Lira disse que essa MP pode ser votada hoje.

— Trabalharemos com a pauta harmônica para o país. A construção da base é um problema do governo — afirmou o presidente da Câmara.

Lira disse também que o projeto do arcabouço fiscal deve ser votado nesta terça-feira na Casa, mas com alterações em relação ao projeto aprovado no Senado, como no cálculo da inflação que vai servir de base para o aumento de despesas do governo.

A pedido do governo, os senadores incluíram um artigo que permite ao governo enviar, na proposta de orçamento de 2024, o valor das despesas considerando a projeção da inflação até o fim do ano. Na prática, a brecha abre um espaço fiscal de até R\$ 40 bilhões para o Executivo gastar no próximo ano, mas essas despesas estariam condicionadas, ou seja, precisariam ser aprovadas pelo Congresso.

Isso vai sair do projeto e ser colocado na projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

— A questão da mudança no cálculo do IPCA não houve um convencimento de que seria necessário constar num projeto de lei complementar. O compromisso ficou em repor a tal da emenda condicionada em 2024 na LDO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/08/2023

PARECER DA AGU CONTRARIA MARINA E DÁ SINAL VERDE PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Manifestação do órgão impõe derrota política para a ministra do Meio Ambiente

Por Rafael Moraes Moura e Johanns Eller — Brasília e Rio



O advogado-geral da União, Jorge Messias, durante café da manhã — Foto: Daniel Estevão/AGU

Em uma vitória para a Petrobras, a Advocacia-Geral da União (AGU) finalizou um parecer para ajudar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a liberar a exploração de petróleo em alto mar na região da Bacia da Foz do rio Amazonas, que foi negada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) em maio passado, desencadeando uma crise no governo.

A conclusão do parecer, aguardado com muita expectativa na Petrobras, no Ministério de Minas e Energia e no Palácio do Planalto, foi antecipada pela equipe da coluna – e marca uma derrota política para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Para a AGU, a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é indispensável nem pode atrapalhar o licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no território brasileiro.

O Ibama já negou a licença de perfuração do bloco FMZ-59 à Petrobras duas vezes, mas Lula e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, vêm fazendo pressão para que ela seja concedida. Uma das razões consideradas pelo Ibama é a falta de uma AAAS, que analisa se a região, e não apenas o bloco a ser perfurado, está apta para ser explorada. Esse tipo de avaliação leva de um a dois anos para ser concluída.

O parecer da AGU recorreu a uma portaria interministerial de 2012 para dizer que essa avaliação não é obrigatória. "A AAAS é acima de tudo um instrumento de auxílio, de apoio ao licenciamento ambiental, e não um fim em si mesma", diz o documento.

"Da integral leitura da portaria interministerial, de nenhum artigo é possível extrair que a AAAS seria conditio sine qua non, seja para a outorga, seja para o licenciamento ambiental, seja do ponto de



vista estritamente jurídico, seja do ponto de vista fático (como está exigindo o Ibama no presente caso)."

Toda a área em questão está localizada na margem equatorial brasileira - que vai do litoral do Amapá ao litoral do Rio Grande do Norte. O poço que a Petrobras quer perfurar fica em alto mar, a 175 km da costa do Amapá e a 500 km da Foz do Rio Amazonas.

Além de defender no parecer a dispensabilidade da AAAS para o licenciamento ambiental, a AGU decidiu encaminhar para a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) outros pontos em torno da exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

De acordo com o órgão, a ideia é buscar uma "resolução consensual" para outras questões apontadas pelo Ibama, como o plano de proteção à fauna e os impactos de sobrevoos para as comunidades indígenas da região.

Segundo a AGU, serão chamados consultores jurídicos e representantes dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, "além dos demais órgãos públicos e empresas públicas ou privadas envolvidas com o assunto, para conversas com o objetivo de realizar as primeiras análises de risco relativas ao caso".

No dia 17 de maio, o Ibama negou pela segunda vez a licença para perfuração do poço, desencadeando uma batalha interna no governo e com políticos da base aliada.

Conforme revelamos em maio, logo depois que a licença de perfuração foi negada pelo Ibama, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse a conselheiros da companhia que a autorização sairia "em seis meses".

No início deste mês, Lula afirmou em entrevista a emissoras de rádio da região amazônica que a posição do Ibama não é definitiva e que o Amapá pode "continuar sonhando" com a exploração de petróleo em seu litoral.

"Vocês podem continuar sonhando. E eu também quero continuar sonhando. Esse estudo do Ibama não é definitivo. Eles apontam falhas técnicas que a Petrobras tem o direito de corrigir", disse o presidente.

A manifestação da AGU não soluciona a controvérsia por si só. Ainda assim, espera-se no governo que o parecer sirva como "reforço argumentativo" para Lula arbitrar o conflito e tomar uma decisão sobre o caso, a favor da Petrobras, e contra os interesses de Marina Silva.

A AGU foi chamada para opinar sobre a controvérsia porque entre as competências do órgão "fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal".

A Foz do Amazonas faz parte da Margem Equatorial, área considerada nova fronteira exploratória que vai do litoral do Amapá ao Rio Grande do Norte. A Petrobras pretende realizar investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões para as atividades exploratórias nessa região, considerando o plano de negócios até 2026.

Durante a turbulência na Esplanada, Marina Silva e o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, defenderam enfaticamente o parecer técnico do instituto contra a exploração de petróleo na região.

O principal defensor na ocasião foi o titular de Minas e Energia, Alexandre de Silveira, que criticou duramente o trabalho do Ibama e chegou a classificar o documento como "absurdo". O líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (AP), também divergiu publicamente da posição de Marina, sua então correligionária, e se desfilou da Rede Sustentabilidade.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/08/2023

SILVEIRA QUER MESA DE NEGOCIAÇÃO COM MARINA SOBRE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

Manifestação do órgão impõe derrota política para a ministra do Meio Ambiente

Por Malu Gaspar



Alexandre Silveira se contrapôs à posição de Marina Silva e defendeu enfaticamente exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas — Foto: Montagem sobre fotos de divulgação do MME e de Cristiano Mariz/O Globo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que vai pedir à Casa Civil que inaugure o mais rápido possível uma mesa de negociação com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e da direção da Petrobras, para decidir como (e não mais se) a companhia poderá explorar petróleo na costa do Amapá, na região conhecida como Bacia da Foz do Amazonas.

O ministro disse considerar que o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que acaba de ser divulgado e dispensa a necessidade de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) para o licenciamento põe um ponto final na discussão interna do governo sobre permitir ou não a sondagem e pesquisa em blocos exploratórios naquela área.

A licença pedida pela Petrobras para explorar o bloco FMZ-59 foi negada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) em maio passado, desencadeando uma crise no governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já declarou várias vezes que é favorável ao pleito da Petrobras. No início deste mês, ele chegou a prometer em uma entrevista a uma rede de rádios da região que o povo do Amapá "podia continuar sonhando" com a exploração na margem equatorial.

Na época, já estava em elaboração na AGU o parecer divulgado hoje. O parecer dá ao Planalto e à pasta das Minas e Energia uma sustentação jurídica para contestar o argumento apresentado nas reuniões ocorridas no Palácio do Planalto pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

De acordo com Silveira, Marina afirmou então que não se poderia seguir com a exploração sem a AAAs. A falta dessa avaliação —que analisa se a região, e não apenas o bloco a ser perfurado, está apta para ser explorada — é uma das razões apontadas pelo Ibama para negar o licenciamento.

No parecer divulgado hoje, porém, a AGU diz que a AAAS não só não é indispensável como também não pode atrapalhar o licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no território brasileiro.

Com isso, o ministro Silveira diz considerar que a polêmica perdeu o sentido.

"Se o entendimento fosse que a avaliação é obrigatória, a gente discutiria se faria ou não a exploração. Agora que ela foi dispensada, conforme o parecer da AGU, discute-se simplesmente como a Petrobras vai fazer para atender as condicionantes e iniciar a pesquisa", diz Silveira.

O ministro afirmou à equipe da coluna que cabe ao Ibama conceder o licenciamento, mas que não há mais dúvida a respeito da autorização já concedida em uma manifestação conjunta dos ministérios das Minas e Energia e do Meio Ambiente em 2012.

Pedimos à ministra do Meio Ambiente que se manifeste a respeito do parecer da AGU, mas ainda não obtivemos resposta.

A mediação entre os ministérios já está prevista no parecer da AGU, que encaminha para a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal (CCAF) os outros temas sobre os quais não há acordo na exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

De acordo com o órgão, a ideia é buscar uma “resolução consensual” para outras questões apontadas pelo Ibama, como o plano de proteção à fauna e os impactos de sobrevoos para as comunidades indígenas da região.

Lupa: Portaria de Dino cria meta de redução da letalidade policial, mas ministério não divulga
Segundo a AGU, serão chamados consultores jurídicos e representantes dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, “além dos demais órgãos públicos e empresas públicas ou privadas envolvidas com o assunto, para conversas com o objetivo de realizar as primeiras análises de risco relativas ao caso”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/08/2023

AÇÕES DE CEMIG E COPASA FECHAM EM ALTA APÓS GOVERNO PROTOCOLAR PEC PARA PRIVATIZAÇÃO

Para analistas, processo será positivo para as companhias

Por Bruno Rosa



Usina hidrelétrica jaguara da Cemig — Foto: Divulgação

Um dia após o governo do Estado de Minas protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Assembleia Legislativa (ALMG) para poder privatizar suas empresas estatais, as ações da Cemig, de energia elétrica, e da Copasa, de saneamento, fecharam em alta na Bolsa de Valores.

As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da Copasa subiram 2,10% e as da Cemig fecharam em alta de 1,95%.

Segundo analistas, o processo de privatização é positivo para as companhias.

Regra fiscal: Brecha para gastar mais R\$ 5 bi em estatais acende alerta sobre arcabouço fiscal
O governo de Minas Gerais tem 50,03% das ações da Copasa, com valor de mercado de R\$ 7,4 bilhões, e 50,97% das papéis com direito a voto na Cemig, com valor de mercado de R\$ 32,6 bilhões.

Segundo o governo de Minas Gerais, o projeto de desestatização visa a busca do equilíbrio fiscal e a melhoria dos serviços. Em nota, destacou que o investimento privado vai permitir que as duas empresas possam se modernizar, "saindo das amarras burocráticas inerentes ao setor público, gerando desenvolvimento, modernização e melhorias para a população".

Em relatório, a Ativa diz que restam dúvidas quanto ao sucesso do andamento do processo de privatização e se Copasa e Cemig seriam privatizadas em conjunto ou em separado. Vítor Sousa, analista da Genial, lembra que as ações das duas companhias tendem a se valorizar. Para ele, deve haver demanda de investidores a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio de Janeiro com a venda de empresas estatais.

Como organizar fotos no celular? Veja dicas e aplicativos que ajudam a localizar as imagens
-Embora não se saiba como será o formato da privatização, se via venda direta ou venda no mercado de ações, o mercado vai se antecipar e devemos ver uma valorização das ações - disse Sousa.

Vicente Koki, analista da Mirae Corretora, destaca as particularidades das duas companhias. No caso da Copasa, ele lembra que a empresa pode ganhar novo fôlego de investimento para se

adequar ao Novo Marco do setor, já que as empresas têm metas de universalização dos serviços, de 100% de água potável e 99% de coleta de esgoto:

-São necessários grandes investimentos principalmente em esgoto; se a empresa for privatizada, então terá acesso a mais recursos. Outra questão é que a principal concessão da Copasa é com o município de Belo Horizonte, que tem vencimento em 2032. E, conforme o Novo Marco, a Copasa não pode participar da renovação do contrato, exceto no caso de privatização - disse Koki.

Analistas lembram ainda que, no caso envolvendo a Cemig, a dúvida é se a empresa, assim como a Copel, no Rio Grande do Sul, tentaria a renovação antecipada de suas usinas hidrelétricas para então promover uma oferta de ações. Não se sabe se a empresa venderia ou não sua participação na Gasmig antes da privatização.

- O mercado terá apetite para ambas as companhias. Mas será mais no longo prazo. O modelo de privatização ainda está longe de ser definido - afirmou Koki.

A PEC apresentada pelo governo mineiro também prevê a redução no número de votos dos deputados da Assembleia para permitir a privatização. O projeto prevê passar dos atuais três quintos (ou 46 dos 77 votos) para uma maioria simples (no qual é preciso apenas 39). Além disso, a PEC desobriga o governo estadual de realizar um referendo, uma espécie de consulta à população sobre desestatizações. A intenção do governo de Minas é que todos os processos sejam concluídos até 2026.

Em nota, o governador Romeu Zema disse que atualmente Cemig e Copasa precisam passar por "um longo e burocrático processo de licitação" para se fazer uma obra de melhoria dos serviços de atendimento. "Com uma gestão privada, essas companhias ganham agilidade e melhor capacidade de melhorar sua atuação", disse ele.

Com a venda das duas empresas, o governo de Minas afirmou que os recursos devem ser usados para investimentos em infraestrutura, como revitalização e pavimentação de estradas. Em rede social, o presidente da Assembleia, o deputado estadual Tadeu Martins Leite (MDB), disse que "Minas Gerais precisa avançar, se modernizar e se tornar ainda mais competitiva, mas nada será feito às pressas".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/08/2023

PF ABRE INQUÉRITO PARA APURAR CAUSAS DO APAGÃO E INVESTIGA CRIME DE SABOTAGEM

Pane deixou parte do país sem energia elétrica na última terça-feira

Por Eduardo Gonçalves



Torres de transmissão de energia elétrica em São Paulo. Apagão atingiu 25 estados e o DF — Foto: Bruno Ecolástico/Ato Press/Agência O Globo

A Polícia Federal instaurou um inquérito nesta terça-feira para apurar as causas do apagão que atingiu 25 estados e o Distrito Federal na última terça-feira, 15 de agosto. A apuração irá investigar se houve crimes de sabotagem e atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, segundo nota publicada pela PF.

Na última semana, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que iria acionar a PF e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para saber se o apagão ocorreu por ação humana.

Segundo ele, a pane começou em uma linha de transmissão da Chesf, subsidiária da Eletrobras, entre Quixadá e Fortaleza, no Ceará.

— Foi um fato que causou a interrupção na Região Norte e Nordeste e, por uma contingência planejada do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), minimizou a carga das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para que não houvesse a interrupção total dessas regiões — disse ele, em coletiva concedida no dia 15 de agosto.

Na última quinta-feira, o ministro da Justiça, Flávio Dino, também falou sobre o apagão e não descartou a possibilidade de ele ter sido provocado por "ação humana". — E aí você tem outra derivação: ação humana intencional ou ação humana eventualmente por negligência e por imprudência — disse o ministro.

O apagão foi o maior registrado desde 2009. Roraima foi o único estado que não foi afetado, por não fazer parte do sistema interligado.

Em nota, a Eletrobras disse que identificou o desligamento da linha “por atuação indevida do sistema de proteção, milissegundos antes da ocorrência”, às 8h31 de terça-feira. A empresa ressaltou que a manutenção da linha está em conformidade com as normas.

Em nota, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informa que concluiu análise preliminar e que foi constatada atuação incorreta da proteção da linha. “O desligamento isolado não causaria o impacto visto no Sistema Interligado Nacional e este é um ponto que ainda está sendo apurado”, diz o texto, que acrescenta que nova reunião está marcada para o dia 25, e que o relatório levará cerca de 30 dias para ser concluído.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/08/2023

ESTUDOS SOBRE FERROGRÃO SERÃO APRESENTADOS EM 8 MESES, DIZ RENAN FILHO

O projeto, que foi incluído no novo PAC, é alvo de controvérsias ambientais e está sob análise no STF; em maio, o ministro Alexandre de Moraes autorizou a retomada de estudos sobre a ferrovia
Por Juliana Causin — São Paulo



Renan Filho, ministro dos Transportes, elogiou decisão do ministro Alexandre de Moraes sobre a Ferrogrão — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil/02.03.2023

O governo deve apresentar em até oito meses o resultado dos estudos técnicos e processos administrativos sobre a viabilidade da construção da Ferrogrão, indicou o ministro dos Transportes, Renan Filho, nesta terça-feira. A ferrovia, que ligaria o Mato Grosso ao Pará, está prevista dentro do novo PAC, apresentado pelo governo este mês.

Em evento na Fiesp, em São Paulo, Renan Filho elogiou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, em maio deste ano, que autorizou a retomada dos estudos sobre a ferrovia. O projeto, sob impasse legal debatido no STF, é alvo de críticas ambientais e defendida pelo agronegócio como caminho para aumentar a produtividade no escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste.

— Nossa estimativa é atualizar os estudos em oito meses. Com tudo equilibrado do ponto de vista financeiro, econômico e ambiental, vamos dar os próximos passos — afirmou o ministro.

- **Sabotagem:** PF abre inquérito para apurar apagão

Celeridade nos licenciamentos ambientais



Em encontro com representantes do agronegócio, o ministro também defendeu mais celeridade na avaliação dos licenciamentos ambientais e citou o impasse em projetos de infraestrutura que são ambientalmente sensíveis, como a BR-319, que conecta Manaus e Porto Velho e que ficou de fora do novo PAC.

— O governo defende que nós tenhamos clareza no licenciamento ambiental. Se pode fazer, pode fazer. Sem flexibilizar a avaliação. Se não pode fazer, a decisão precisa ser rápida — afirmou o ministro.

Aos empresários, o ministro indicou que o governo espera que o projeto de lei que muda regras para o financiamento ambiental seja votado no segundo semestre para "destravar os investimentos" e "garantir sustentabilidade com agilidade". Segundo ele, o governo deseja ter uma nova saída para os licenciamentos ambientais, mas sem "flexibilização".

— O Brasil pode se destacar internacionalmente se a gente assumir o compromisso de elevar a produção com sustentabilidade ambiental. É isso que o mundo deseja e não há uma incongruência insanável entre uma coisa e outra. — defendeu Filho. — Estamos atualizando os estudos (da Ferrogrão), do ponto de vista financeiro e vamos apresentar os resultados em breve.

Aprovação do arcabouço

O ministro participou de encontro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com representantes do agronegócio e do setor de infraestrutura, por meio do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) e do Conselho Superior de Infraestrutura (Coinfra).

O ministro Renan Filho voltou a defender o aumento dos investimentos em infraestrutura e afirmou que a aprovação do arcabouço fiscal, pela Câmara dos Deputados, vai ser fundamental para retomada econômica do país e garantia dos investimentos do PAC.

— Quando os investimentos públicos crescem, os investimentos privados crescem também. Os investimentos públicos dependem da aprovação do arcabouço. Estou confiante na aprovação do arcabouço, só falta colocar para votação, porque a gente não observa vozes contrárias.

PEC para privatização: Ações de Cemig e Copasa fecham em alta após governo protocolar projeto
O Novo PAC projeta R\$ 280 bilhões em investimentos em transporte, incluindo R\$ 94,2 bilhões para ferrovias e R\$ 185 bilhões para rodovias. Além do que está previsto no Novo PAC, o ministro voltou a indicar que a pasta irá apresentar um Plano Nacional Ferroviário.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/08/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR SUPERA MARCA DE 23 GIGAWATTS, APESAR DE BLOQUEIO DE DISTRIBUIDORAS

São mais de 3 milhões de unidades consumidoras atendidas pela tecnologia fotovoltaica no Brasil

Por Denise Luna

A geração própria de energia solar acaba de ultrapassar a marca de 23 gigawatts (GW) de potência instalada em residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos no Brasil, com mais de 3 milhões de unidades consumidoras atendidas pela tecnologia fotovoltaica, informou a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).



A geração própria de energia solar acaba de ultrapassar a marca de 23 gigawatts (GW) de potência instalada em residências, comércios, indústrias, propriedades rurais e prédios públicos no Brasil Foto: Envato Elements/Reprodução

Segundo mapeamento da entidade, o País possui cerca de 2,1 milhões de sistemas solares fotovoltaicos instalados em telhados, fachadas e pequenos terrenos. Desde 2012, foram cerca de R\$ 115,8 bilhões em novos investimentos, que geraram mais de 690 mil empregos acumulados no período, espalhados em todas as regiões do Brasil, e representam uma arrecadação aos cofres públicos de R\$ 30,2 bilhões.

De acordo com Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho de administração da Absolar, com a energia solar, o País pode, em pouco tempo, tornar a matriz elétrica brasileira ainda mais limpa e renovável. “Embora as 3 milhões de unidades consumidoras abastecidas com energia solar distribuída seja motivo de comemoração, há ainda muito espaço para crescer, já que o Brasil possui cerca de 91,7 milhões de unidades consumidoras de energia elétrica e começa a avançar no modelo ideal de transição energética e industrialização verde”, avaliou.

Ele sugeriu que o Brasil deveria seguir o exemplo da países mais desenvolvidos nesta área, em especial a Austrália, que, com boas políticas públicas, tornou-se referência global no uso da energia solar em residências e empresas, com cerca de 30% das unidades consumidoras naquele país atendidas por sistemas fotovoltaicos, ressaltou Koloszuk.

Ainda de acordo com a Absolar, o crescimento da fonte poderia ser maior se não fossem os bloqueios impostos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, com mais de 3,1 mil pedidos de conexão cancelados e suspensos nos últimos meses, totalizando cerca de 1 GW em sistemas solares represados no Brasil, segundo mapeamento da associação. “Com tais restrições, o prejuízo calculado ultrapassa os R\$ 3 bilhões”, disse a entidade, em nota.

A tecnologia fotovoltaica já está presente em 5.530 municípios e em todos os Estados brasileiros, sendo que os Estados líderes em potência instalada são, respectivamente: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Para o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, o crescimento da geração própria de energia solar fortalece a sustentabilidade, alivia o orçamento das famílias e amplia a competitividade dos setores produtivos brasileiros. “A geração própria instalada em telhados, fachadas e pequenos terrenos, diretamente nos centros urbanos e de consumo, ajuda a fortalecer e traz mais resiliência à rede elétrica, ao concentrar a geração de eletricidade próximo dos locais de consumo. Isso reduz o uso da infraestrutura de transmissão, aliviando pressões sobre sua operação e diminuindo perdas em longas distâncias, o que contribui para a confiabilidade e a segurança em momentos críticos”, explicou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/08/2023

FAZENDA FEZ MUDANÇAS EM TAXAÇÃO DE OFFSHORE DURANTE TRAMITAÇÃO NA CÂMARA APÓS PRESSÕES DO MERCADO

Um dos pleitos dos investidores atendidos pelo governo foi a redução do sarrafo para enquadramento na nova regra de tributação

Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA – Motivo da divergência aberta entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a taxaçoão de investimentos de pessoas físicas por meio de empresas controladas no exterior (chamadas de offshore) sofreu alterações durante a tramitaçoão

na Câmara por iniciativa do Ministério da Fazenda. As mudanças ocorreram após contatos da equipe de Haddad com representantes do setor privado.

A tributação de fundos offshore foi inicialmente prevista em uma medida provisória (MP) editada em maio que tinha o objetivo de compensar o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda de R\$ 1.900 para R\$ 2.640.



Mudanças ocorreram após contatos da equipe de Fernando Haddad com representantes do setor privado. Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Economia

Sem acordo político, no entanto, a medida caminhava para caducar; quando, então, o governo manobrou e incluiu o conteúdo dela em outra MP: a que reajustou o salário mínimo para R\$ 1.320.

A manobra incomodou Lira e a cúpula do Congresso porque foi feita sem acordo prévio. Como mostrou o Estadão, Lira cogita retirar o conteúdo da MP do salário mínimo alegando “matéria estranha”, o que obriga o governo a elaborar uma alternativa, como o envio de um projeto de lei.

Mas o embarque clandestino na MP não foi o único movimento feito pela Fazenda na taxação das offshore. Em seu relatório, o deputado Merlong Solano (PT-PI) afirma que a equipe da Secretaria Especial da Reforma Tributária, comandada por Bernard Appy, fez interlocução “junto a especialistas do mercado financeiro, advogados e entidades que representam os contribuintes brasileiros diretamente afetados” e colheu sugestões. Algumas delas foram acatadas no texto, segundo o próprio deputado petista.

O Estadão apurou que um dos pleitos dos investidores foi a redução do sarrafo do enquadramento da tributação. O texto original da norma previa que, para entrar na nova tributação, bastava as empresas controladas por estes investidores terem mais do que 20% da renda advindas de atividades financeiras, como recebimento de royalties ou dividendos. Agora, para serem enquadradas, elas terão de ter pelo menos 40% em “renda passiva”.

Ainda assim, no caso de dividendos, se eles vierem de empresas que tenham resultado operacional no exterior (também não inferior a 60%), não serão contados para a formação da linha de corte para o enquadramento. Isso pode reduzir a base de contribuintes que poderão ser alvo da norma.

“O percentual de 80% é alto; significava que praticamente ninguém iria se salvar da tributação”, afirma Renato Batiston, sócio da área tributária do escritório Cescon Barrieu.

Em um movimento oposto, a Fazenda incluiu no texto da Câmara uma regra que fecha a porta para que investidores com cotas em fundos de investimentos que tenham segregação de ativos escapem da tributação.

O entendimento inicial era de que, como não eram controladores dos fundos, esses investidores não seriam alcançados pela norma. A nova redação, patrocinada pela equipe de Haddad no relatório de Merlong, mudou isso.

Também por iniciativa da Fazenda foram incluídas obrigações sobre os trusts (um outro tipo de modelo usado para se investir no exterior). A incidência da tributação sai do investidor e passa automaticamente ao seu beneficiário, em caso de um trust irrevogável (em que a gestão não volta ao investidor inicial). Neste caso, o herdeiro já passa a ser taxado.

As modificações ilustram como a taxação das offshore foi influenciada pela equipe da Fazenda durante a tramitação na Câmara, sem que Lira e outros líderes da Casa se dessem conta. A estratégia irritou deputados, que agora prometem revidar derrubando a arrecadação. O problema,



neste caso, é que a Fazenda perde a fonte de recursos para bancar a faixa mais elevada de isenção do Imposto de Renda.

Presidente da comissão mista que analisou a MP do salário mínimo, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) afirma que os parlamentares petistas atuaram ativamente pela aprovação do relatório de Merlong. “Como o assunto é parte do discurso que atende à base ideológica do governo do PT, nem imaginei que isso ocorresse sem o conhecimento do governo”, disse.

Sobre o alegado desconhecimento do conteúdo pelos líderes da Câmara, Gomes arrisca que houve uma distração. “Não está tendo apagão de energia por aí? Creio que houve um apagão legislativo”, afirmou.

A reportagem tentou contato com o deputado Merlong, mas ele não atendeu. Procurada, a secretaria especial da reforma tributária do Ministério da Fazenda não quis comentar.

Dois pleitos do setor privado, no entanto, ficaram de fora da versão final da MP: o que prevê que os ganhos auferidos com a valorização de ativos, mesmo sem a realização da operação, sejam taxados; e o corte temporal que inicia a história da taxa em 2024, sem considerar eventuais prejuízos no passado. “Nestes casos, o governo está sendo duro e parece indicar que precisa e vai exigir a arrecadação”, disse Batiston.

Dobradinha

Para o advogado, a taxa dos fundos offshore é uma medida casada com a proposta prometida, mas ainda não apresentada por Haddad, de taxar os fundos exclusivos no Brasil – usados pelos super-ricos para investir no Brasil com menos tributação.

Na avaliação dele, se apenas taxar as offshore, o governo abrirá a porta para que esses investidores migrem para os fundos exclusivos, que podem investir no exterior sem as mesmas obrigações tributárias. Por isso, as duas medidas devem caminhar juntas em termos arrecadatórios.

Por outro lado, o especialista diz acreditar que essa classe de investidores pode escolher sair do País e retirar seus recursos. “Países como Itália, Portugal e Inglaterra oferecem a possibilidade de negociação na tributação desses investidores e até isenção por dez anos”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/08/2023

CÂMARA DEVE VOTAR ARCABOUÇO NESTA TERÇA; RELATOR RETIRA EMENDA QUE PERMITE DESPESAS EXTRAS EM 2024

Deputados devem manter fora do limite de gastos da nova regra despesas com o Fundeb e o Fundo do DF

Por Iander Porcella e Giordanna Neves

BRASÍLIA – O projeto de lei do novo arcabouço fiscal entrou na pauta de votações da sessão deliberativa da Câmara desta terça-feira, 22. Em uma reunião na residência oficial do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), líderes partidários fizeram um acordo sobre as mudanças feitas no texto pelo Senado. O relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), deve apresentar seu parecer ao longo do dia.

Apenas duas alterações feitas pelos senadores no arcabouço devem ser mantidas pelos deputados. Uma delas é deixar de fora do limite de gastos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A outra é tirar da regra fiscal os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

Cajado confirmou que os deputados devem retirar do arcabouço fiscal a permissão incluída pelo Senado para que o governo pudesse prever as chamadas despesas condicionadas no Orçamento de 2024 – que dependem de aprovação de crédito adicional pelo Legislativo para serem executadas.



Deputado Claudio Cajado, relator do arcabouço fiscal na Câmara. Foto: Lula Marques / Agência Brasil

Essa medida, contudo, como antecipou o Estadão/Broadcast, deve ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), relatado pelo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), após um acordo costurado pelo governo na reunião.

“A solução está dada, resolvida. Principalmente porque a cada ano o governo tem que mandar a LDO e tem que mandar o Orçamento. Então, essa não é uma matéria do regime fiscal. Portanto, isso está solucionado”, declarou Cajado.

“Ficou consensualizado entre os líderes que, pelo fato de estar na LDO, já estará assegurado. O governo poderá enviar sua proposta orçamentária com essa previsão de despesa condicionada, que nós não queríamos, mas aceitamos pela LDO. É isso resolve pelo lado do governo a preocupação que tinham de enviar o Orçamento com cortes”, emendou o relator.

As discussões sobre a regra fiscal ocorrem uma semana após o ruído gerado por uma declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O chefe da equipe econômica disse, em uma entrevista, que a Câmara não poderia usar seu poder para “humilhar” o governo e o Senado, o que irritou lideranças partidárias e Lira.

Esse mal-estar se somou ao desconforto no Congresso com a falta de liberação de emendas e com a demora de Lula em concluir a reforma ministerial para acomodar o Centrão, o que atrasou a votação do arcabouço.

O arcabouço fiscal foi enviado pela Fazenda ao Congresso em abril, e aprovado pela Câmara em maio. Os senadores votaram o texto em junho, mas com alterações, o que fez o projeto voltar para nova análise dos deputados. A proposta substitui o atual teto de gastos, com regras mais flexíveis para as despesas do governo.

Pelo projeto, os gastos só poderão crescer em até 70% do aumento da receita, dentro do intervalo de 0,6% a 2,5% acima da inflação. Ou seja, as despesas sempre crescerão menos que as receitas, apesar da maior flexibilidade, para evitar um descontrole das contas públicas.

Despesas condicionadas

A emenda das despesas condicionadas foi apresentada no Senado pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), com apoio da ministra do Planejamento, Simone Tebet, que chegou a ir ao Legislativo para defender a medida como uma forma de garantir recursos para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O limite para as despesas condicionadas, que precisariam do aval dos parlamentares para serem executadas, seria a diferença entre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do País, acumulado nos 12 meses até junho e o realizado até dezembro deste ano, dado que será conhecido somente ano que vem. Esse valor é calculado em R\$ 32 bilhões.

Numa espécie de “Plano B”, o governo enviou uma mensagem modificativa ao PLDO para prever as despesas condicionadas, caso a emenda fosse rejeitada no arcabouço, o que é a tendência na Câmara. Agora, após o acordo, Forte deve acatar essa medida. A LDO serve de base para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), que precisa chegar ao Congresso até o fim deste mês.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/08/2023

ANÁLISE: UM SISTEMA ELÉTRICO ROBUSTO E COMPLEXO PODE FALHAR, MAS A RECUPERAÇÃO TEM DE SER RÁPIDA

Afirmar que o fluxo de energia renovável, eólica ou solar, pode ter causado o apagão é uma hipótese completamente descartada, e irresponsável

*Por Elbia Gannoum**

Vivemos em um mundo naturalmente mais ansioso diante do desafio em se atingir uma economia mais verde, que tem em suas costas o compromisso de se tornar NetZero até 2030. Estamos vendo países do hemisfério Norte já sofrer sérias consequências motivadas pelo aquecimento global e, por isso, é natural que os olhos do mundo se voltem para a busca de solução, muito está atrelada à geração de energia renovável.

Quando uma ocorrência como a da semana passada - que afetou praticamente todo o Brasil e gerou angústia em milhões de brasileiros - acontece, é natural que a ansiedade para entender as causas se estabeleça. Porém, é bastante precipitado também, tecer hipóteses prematuras que acusam justamente essa fonte renovável tão necessária para o planeta como um gatilho para esse apagão. Dizer que a causa pode ter sido o aumento da geração de energia eólica, mais do que precipitado, é, talvez, irresponsável.

Nosso sistema é muito robusto quando falamos em linhas de transmissão, o suficiente para atender geração e carga na região Nordeste. Não é de hoje que a energia eólica se faz presente no Sistema Interligado Nacional, o SIN. No momento da queda de fornecimento, a energia eólica era responsável por gerar 16 MW, nada de surpreendente ou novo até então. No dia 4 de julho deste ano, batemos recorde de geração. Em apenas quatro dias de julho, a produção de energia eólica registrou índices inéditos, entre eles o montante mais elevado na geração instantânea e média no SIN de 2023, com produção de 19.720 MW, representando 27,8% da demanda de carga nacional e nenhum problema aconteceu.

Em 2021, as solar salvaram o País de um racionamento, gerando 63,20 TWh no acumulado do ano no Nordeste e transmitindo para o Sudeste brasileiro, naquela oportunidade, havíamos registrado um crescimento de 34% em relação ao ano anterior. Já passamos por isso outras vezes e, no passado, a causa foi realmente a falta de energia, muito diferente de hoje, onde temos energia em abundância.

Mas é importante destacar também que nosso sistema é tão robusto e consistente que, em poucas horas, houve o restabelecimento. Temos um sistema muito maior e mais complexo do que o resto do mundo e, mesmo assim, fomos mais ágeis. Olhando ao redor, vemos registros interessantes. Os Estados Unidos levaram, em 2003, até quatro dias para restabelecer a energia depois de um blecaute. No mesmo ano, na Itália, o apagão durou 12 horas. O mesmo ocorreu na Índia, em 2012, quando milhões de pessoas ficaram sem energia por dois dias.



Em 2021, os parques eólicos salvaram o País de um racionamento Foto: JF Diário/Estadão

Precisamos parar de especular e, com isso, desmerecer o que estamos vendo no Brasil -um protagonismo em relação ao mundo no avanço da transição energética justa. É hora de agirmos para mitigar falhas, mas também de esperar para que os relatórios técnicos nos apontem os motivos e indiquem pontos de melhorias. Um sistema grande, robusto e complexo pode sim falhar. E temos mecanismos de proteção para que essas interrupções sejam prontamente

restabelecidas.

Dizer que o fluxo de energia renovável eólica ou solar pode ter causado a falha é uma hipótese completamente descartada. Nosso sistema se adapta cada vez mais a essa diversificação, que está presente no SIN desde 2014. Já é hora de usarmos nossa capacidade analítica para mostrar o

quanto somos bons em controlar esse sistema tão complexo e deixar de mobilizar a sociedade para buscar culpados técnicos ou políticos de maneira precipitada.

Os especialistas têm razão em dizer que o sistema brasileiro está mais complexo e difícil de operar e isso é um ótimo sinal de que temos segurança energética, com uma diversidade de fontes de geração que é mais competitiva e que não emite CO2.

O que precisamos agora é fortalecer ainda mais nosso sistema já eficiente, investindo em tecnologia e em modelos de previsão de geração para além das várias ferramentas que temos hoje e que foram rapidamente operadas neste evento. Sim, talvez a transmissão precise de reforço, estamos crescendo em geração a cada ano e precisamos de mais oferta de transmissão como o que já vimos neste ano.

Essa é a realidade do sistema brasileiro e assim deve ser: ter um sistema global para descarbonizar a economia, reduzir a emissão de CO2 e evitar o aumento da temperatura da terra. Estamos na Safra dos Ventos, geramos mais do que a média para energia eólica e podemos chegar a valores superiores a 20 GW até setembro. Esse é um dado para comemoração, não de preocupação. É hora de unir forças, buscar saídas, controlar a impulsividade que pode de maneira irresponsável, colocar em xeque o protagonismo brasileiro na geração de uma energia limpa, renovável e competitiva.

* Presidente da ABEEólica, vice-presidente do Conselho Global de Energia Eólica e conselheira do CDESS

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/08/2023

PETROBRAS DEIXARÁ DE FOCAR NA EXPLORAÇÃO DO PRÉ-SAL PARA MIRAR EM ATIVOS RENTÁVEIS, DIZ DIRETOR

Segundo Joelson Falcão Mendes, diretor de Exploração e Petróleo, empresa deverá priorizar ativos rentáveis em terra firme e em águas rasas

Por Jorge Barbosa

O diretor de Exploração e Petróleo da Petrobras, Joelson Falcão Mendes, afirmou nesta terça-feira, 22, haver uma mudança em curso na estratégia da estatal para a continuidade da sua linha de exploração do petróleo.

Segundo o executivo, o foco não será mais exclusivamente nas reservas do pré-sal; em vez disso, a empresa deverá otimizar seu desenvolvimento produtivo mirando ativos rentáveis no geral, tanto em terra firme (onshore) quanto em águas rasas.

“Mudamos a nossa estratégia que antes vinha só com foco no pré-sal e agora estamos mirando ativos rentáveis. A empresa vai continuar em águas rasas onde for rentável, além de estarmos com muitas atividades no pré-sal”, afirmou Mendes durante a 24ª Conferência Anual do Santander.



Segundo Joelson Falcão Mendes, diretor de Exploração e Petróleo, empresa deverá priorizar ativos rentáveis em terra firme e em águas rasas Foto: Pedro Kirilos/Estadão

O Plano Estratégico 2023-2027 da Petrobras, ainda válido, aponta que a empresa tinha como objetivo maximizar valor do portfólio, com foco em ativos de águas profundas e ultraprofundas, além de desenvolver a região do pré-sal e a exploração de novas fronteiras de óleo e gás.

Apesar da mudança na estratégia, o executivo ressaltou que o papel do pré-sal continuará ocupando lugar de destaque dentro da Petrobras. Mendes acrescentou que a região já representa quase 80% da produção total da estatal e a tendência nos



próximos anos é de crescimento da fatia, por conta do resultado de investimentos já realizados pela companhia estabelecidos no Plano Estratégico de 2023-2027.

Dos 17 objetivos planejados pela Petrobras, quatro foram colocados em prática e os 13 restantes já estão em fase de contratação de equipamentos, entre eles, está em andamento o principal que é o FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de óleo e gás, em português), capaz de potencializar a produção no pré-sal, afirmou Mendes.

“Estamos este ano com uma produção de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia, e para reforçarmos a manutenção da nossa produção anual precisamos adicionar 270 mil barris por dia em novos projetos. Temos conseguido fazer isso. Esperamos um crescimento consistente até o final da década.

“Acreditamos em uma manutenção das nossas reservas provadas”, disse o diretor.

Transição energética

A Petrobras criou a recente diretoria de transição energética responsável pelo estudo e desenvolvimento de projetos renováveis. A nova unidade tem a missão de equilibrar o objetivo de reduzir as emissões de carbono, ao mesmo tempo em que os projetos também possam gerar valor para a empresa, ponderou Mendes.

Ele destacou que a empresa possui uma grande gama de projetos para transição energética, destacando que a empresa busca parcerias para garantir a efetividade das iniciativas com foco sustentável.

“Vamos investir em energia eólica, solar e hidrogênio verde. Faremos investimentos já considerando que eles serão rentáveis, não estamos investindo só porque eles são verdes”, disse o diretor de Exploração e Produção.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/08/2023*

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DEVE CONTINUAR PELAS PRÓXIMAS QUATRO DÉCADAS, DIZ DIRETOR DA PETROBRAS

Segundo Joelson Falcão Mendes, o diretor de Exploração e Petróleo da estatal, companhia tem investido o mínimo de 6% em energias renováveis e descarbonização por ano

Por Jorge Barbosa

O diretor de Exploração e Petróleo da Petrobras, Joelson Falcão Mendes, afirmou nesta terça-feira, 22, que a estatal prevê a manutenção das reservas de petróleo ao mesmo tempo em que promoverá a transição energética. O executivo prevê a continuidade das operações de exploração e produção de petróleo para as próximas quatro décadas, com uma tendência de deslocamento gradual da demanda por produtos sustentáveis.

“Vamos investir em energia eólica, solar e hidrogênio verde. Vamos fazer investimentos já considerando que eles serão rentáveis, não estamos investindo só porque eles são verdes”, afirmou Mendes, acrescentando que a empresa já está realizando parcerias para potencializar a diversificação da oferta de combustíveis.

O executivo disse ainda que a Petrobras possui muitas ações para diminuir a intensidade da emissão de carbono no nosso processo produtivo. “Temos investimento mínimo de 6% em energias renováveis e descarbonização ao ano.” Ele participou da 24ª Conferência Anual do Santander.

Exploração na Foz do Amazonas

Mendes sinalizou otimismo em relação ao processo de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a estatal ter acesso ao licenciamento ambiental com foco na exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas.



Joelson Mendes, diretor de Exploração e Produção da Petrobras Foto: Pedro Kirilos / Estadão

Questionado sobre a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para rejeitar o pedido de licenciamento ambiental, o executivo afirmou que a Petrobras já fez um pedido de reconsideração ao Ibama e deve aguardar a decisão da entidade. Nesta terça-feira, a Advocacia-Geral da União (AGU) divulgou um parecer favorável à exploração de petróleo na região.

O executivo acrescentou que a estatal possui uma equipe com alto nível de capacidade técnica na área ambiental, bem como biólogos e engenheiros do meio ambiente que prepararam a empresa para atender a todos os requisitos exigidos para a exploração da área.

“Entendemos que o nosso processo está bastante qualificado e acreditamos que o Ibama vai entender melhor todas as nossas solicitações. O nosso próximo passo é aguardar a decisão”, afirmou.

Na última sexta-feira, 18, o Ministério Público recomendou ao Ibama que rejeitasse o pedido de reconsideração da Petrobras sobre o licenciamento para a perfuração exploratória do bloco FZA-M-59, apontando inconsistências no pedido da licença da estatal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/08/2023

NAVIO DE CARGA MOVIDO A VENTO REALIZA PRIMEIRA VIAGEM

Embarcação usa grandes velas de até 37,5 m de altura; objetivo do projeto é acelerar o processo de tornar o transporte marítimo mais ecológico

Por Redação

Pyxis Ocean, da Mitsubishi Corporation e fretado pela Cargill, é o primeiro navio a ser readaptado com duas WindWings, que são grandes velas de até 37,5 m de altura que podem ser instaladas no convés de navios cargueiros para aproveitar a energia eólica, como parte de um projeto para acelerar a descarbonização do setor. Pyxis Ocean está agora em águas marítimas, realizando sua viagem inaugural.



Navio de carga movido a vento realiza primeira viagem
Foto: AP / Divulgação

Produzida pela Yara Marine Technologies, é esperado que a tecnologia gere uma economia média de combustível de até 30% em embarcações novas, o que pode ser ainda maior se utilizado em combinação com combustíveis alternativos, segundo comunicado de imprensa divulgado na segunda-feira, 21.

“O setor naval está em uma jornada para descarbonizar, o que não é fácil, mas animador”, disse Jan Dieleman, presidente da Unidade de Transporte Naval da Cargill. O projeto WindWings é financiado conjuntamente pela União Europeia como parte da iniciativa Horizon 2020. O desempenho será monitorado nos próximos meses para aprimorar ainda mais o projeto.

A BAR Technologies e a Yara Marine Technologies já estão planejando construir centenas de velas nos próximos quatro anos. “O vento é um combustível quase marginal e sem custos, e a oportunidade de reduzir emissões, junto com ganhos significativos de eficiência em custos

operacionais dos navios, é substancial”, disse John Cooper, diretor executivo da BAR Technologies, no comunicado.

Segundo os envolvidos, em uma rota internacional média, as WindWings podem poupar 1,5 tonelada de combustível por vela ao dia, com a possibilidade de poupar mais em rotas transoceânicas. Isso pode significar que os proprietários de navios economizem óleo combustível pesado em cerca de US\$ 800 por tonelada./AP

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/08/2023

CAMPOS NETO: MESMO COM ARCABOUÇO, GASTOS NO BRASIL DEVEM CRESCER ACIMA DA MÉDIA DOS EMERGENTES

Para presidente do BC, País precisa discutir a estrutura do gasto público, já que as últimas reduções que ocorreram foram conjunturais

Por Matheus Piovesana e Eduardo Laguna

São Paulo - O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça-feira, 22, que, mesmo com as regras previstas no novo arcabouço fiscal, que ainda precisa ser aprovado pela Câmara dos Deputados, os gastos no Brasil devem crescer acima da média dos países emergentes. De acordo com ele, o País precisa discutir a estrutura do gasto público, e reduções feitas nos últimos governos foram conjunturais, como o congelamento dos reajustes salariais do funcionalismo público.

“No Brasil, se gastou em termos reais muito mais do que no mundo emergente (nos últimos anos) e mais do que no mundo desenvolvido”, disse, durante participação em evento do Santander, realizado em São Paulo. Ele disse que, ainda assim, é importante o País ter um arcabouço fiscal com credibilidade.

Na apresentação feita por Campos Neto, os dados apontam um crescimento real de 7,5% na despesa do governo geral no Brasil neste ano, ante uma média de 1% na América Latina. Para o ano que vem, as projeções são de queda de 1% no Brasil e de 2,7% no continente; em 2024, apontam para alta de 3,3% no Brasil, e queda de 0,9% na América Latina.



Para Campos Neto, tendência de crescimento de longo prazo do Brasil é preocupante Foto: Wilton Junior/Estadão

“Isso significa que nós temos um trabalho para fazer em termos de gastos, e que não é um trabalho fácil, não é uma coisa desse governo nem de outro governo, é uma coisa estrutural brasileira”, disse. “Nós tivemos alguns momentos onde tentaram cortar gastos, mas em grande parte foi conjuntural, não foi estrutural.”

O presidente do BC disse também que, apesar da melhora das expectativas em relação ao desempenho da economia neste ano, a tendência ao crescimento de longo prazo é mais preocupante.

Ele apontou a baixa taxa de investimento e o envelhecimento da população, ao mesmo tempo em que a produtividade tem caído ao longo do tempo, entre os fatores que levaram o mercado a reduzir de 2% para 1,8% a estimativa ao crescimento potencial do País.

“No médio prazo, temos de entender por que a produtividade é menor apesar das reformas feitas nos últimos anos”, disse.

Ao fazer comentários sobre a atividade mais recente, ele salientou a resiliência do setor de serviços ao aperto monetário e reafirmou a intenção do BC de realizar um pouso suave, o que significa trazer a inflação para baixo com o menor custo possível no emprego e no crescimento econômico.

Campos Neto também falou, em sua apresentação, das incertezas fiscais no País, ao comentar o mercado de câmbio. “Tem um pouco de prêmio (de risco) da incerteza fiscal, que parece que aumentou um pouquinho nas últimas duas ou três semanas”, disse Campos Neto, referindo-se à desvalorização do real frente ao dólar no último mês. Ele considerou, porém, que o movimento reflete em maior parte fatores externos.

Durante o evento, o presidente do BC lembrou de movimentos cambiais bastante diferentes nos últimos anos. Houve momentos, pontuou, nos quais o real se depreciou a despeito da redução do risco, como no período de “overhedge”, que elevou as compras de dólares. Posteriormente, a desvalorização cambial esteve associada à piora na percepção de risco fiscal.

Agora, disse Campos Neto, o câmbio está sendo guiado pelo aumento do diferencial com os juros americanos, já que há bons títulos privados nos Estados Unidos pagando 7% ao ano, atraindo assim investidores, em paralelo à desaceleração da economia chinesa, a qual o Brasil tem alta exposição. Conforme o presidente do BC, ao mesmo tempo em que exporta desinflação, a perda de tração da China gera questionamentos sobre o crescimento do Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/08/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

PROGRAMA DE INCENTIVOS FISCAIS PARA TROCA DE VEÍCULOS PESADOS DEVERIA SER PERENE, DIZ PRESIDENTE DA VW

Segundo Roberto Cortes, a partir da nova regulamentação o programa voltado a ônibus — que recebeu R\$ 300 milhões em incentivos federais —, também tende a receber maior demanda
Por Marli Olmos, Valor — São Paulo



Roberto Cortes (foto de arquivo) — Foto: Silvia Costanti / Valor

O programa de incentivos fiscais do governo federal para a troca de veículos pesados deveria “ser perene” para poder dar conta da renovação da frota envelhecida, afirma o presidente da Volkswagen Caminhões e Ônibus, Roberto Cortes.

Segundo o último estudo do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes (Sindipeças) sobre a frota brasileira, dos 2,162 milhões de caminhões que rodam no país, quase a metade (48,4%) tem entre seis e 15 anos e 28,7% circulam nas ruas e estradas há 16 anos ou mais.

Chamou a atenção de Cortes que, na busca pelos veículos que começam a ser sucateados, na aliança entre Gerdau, Vamos e Volks, foi encontrado em pleno Porto de Santos, o maior do país, um caminhão de 53 anos, que opera no transporte de mercadorias entre os armazéns.

Esse é o mais velho dos 140 veículos que vão virar sucata e que têm, em média, 36 anos. Segundo Cortes, a idade de um caminhão “economicamente viável” gira em torno de cinco a sete anos.

Também preocupa o executivo as dificuldades para financiamento. “Precisaríamos ter o Finame de antigamente, que oferecia linhas com taxas entre oito e dez pontos mais baixas que o mercado; hoje estamos com uma diferença de 1,5 ponto”, destaca.

Cortes também defende linhas especiais para caminhões usados para que o caminhoneiro que possui o veículo que vai ser sucateado tenha acesso a crédito para a compra do seminovo e, assim, conseguir subir a escada”.

No início de junho, o governo federal liberou incentivos fiscais para a compra de carros, caminhões e ônibus com descontos. Os recursos, que somaram R\$ 1,8 bilhão, foram obtidos por meio da reoneração do diesel. No caso dos carros, o total de R\$ 800 milhões esgotou-se em menos de um mês.

Já o programa voltado aos caminhões, envolvendo R\$ 700 milhões para a compra de veículos com descontos de R\$ 33 mil a R\$ 80 mil, não decolou porque para receber o benefício num modelo zero-quilômetro, o dono de um veículo com mais de 20 anos deveria entregar o velho para a sucata.

Reconhecendo que o motorista autônomo não conseguiria dar esse salto, o governo mudou a regra. Dispensou a necessidade de o dono do veículo sucateado ser o mesmo interessado a usar o programa para a compra de um novo.

Segundo Cortes, a partir da nova regulamentação o programa voltado a ônibus — que recebeu R\$ 300 milhões em incentivos federais —, também tende a receber maior demanda. Nesse caso, o teto é de R\$ 99 mil.

Os incentivos fiscais chegaram num momento de crise na indústria de caminhões. O volume de vendas em julho foi 27,6% menor do que no mesmo mês de 2022. A demanda está em queda desde o início do ano como resultado de uma nova lei de emissões, conhecida por Euro 6. Como os caminhões da nova linha ficaram 15% mais caros, por conta de equipamentos para reduzir emissões, muitos frotistas anteciparam as compras em 2022.

Na fábrica da Volkswagen Caminhões e Ônibus, em Resende (RJ), por exemplo, 30% dos trabalhadores estão com os contratos de trabalho temporariamente suspensos desde maio. O “layoff” vai inicialmente até setembro.

Cortes espera, no entanto, que, junto com outros fatores, como melhores perspectivas de crescimento do PIB e redução dos juros, o programa de incentivos do governo possa ajudar a reverter esse quadro. Para ele, a aliança com a Gerdau e o grupo Vamos representa “um primeiro passo”. “É uma hora boa para começar a fazer a roda girar”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/08/2023

A DESPEITO DE SINAIS DE LULA, PP RECEBE ACENOS DE QUE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SERÁ FATIADO

Nos últimos dias presidente indicou que Wellington Dias fica no cargo, mas divisão de ministério responsável pelo Bolsa Família ainda é cogitada

Por Raphael Di Cunto, Valor — Brasília



Wellington Dias é titular do Desenvolvimento Social, ministério cobiçado por partidos na reforma ministerial — Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

principal alternativa.

Apesar dos acenos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que manterá Wellington Dias (PT) no comando do Ministério do Desenvolvimento Social, deputados do PP continuam a receber informações de ministros palacianos de que a divisão da pasta continua, sim, na mesa e que o presidente viajou para a África com esse fatiamento como



O espaço que o PP ocupará no governo vem travando a reforma ministerial há semanas. A sigla pede também um ministério próprio e já recebeu a promessa de que poderá indicar a presidência da Caixa Econômica Federal — estão no páreo a ex-deputada Margarete Coelho (PP-PI), favorita do PT, e a secretária de Planejamento do Rio Grande do Sul, Danielle Calazans.

O partido queria comandar a Saúde, mas foi vetado por Lula. Desde então, passou a mirar o controle do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família e também por um grande volume de emendas parlamentares e verbas próprias para programas governamentais.

O líder do PP, André Fufuca (MA), é o nome indicado pelo partido para ministro, mas até agora não se chegou a uma decisão de qual área. O PT quer emplacá-lo numa área com orçamento menor, como o Ministério da Micro e Pequena Empresa, que seria recriado, ou o da Ciência e Tecnologia, com o deslocamento do PCdoB para outro setor, mas o PP não aceitou.

Lula se reuniu com Wellington Dias na semana passada, em meio as negociações, e o ministro gravou um vídeo em que afirma que o presidente o mandou seguir com o trabalho. O lançamento do programa “Brasil Sem Fome” deve ocorrer no Piauí, Estado que o ministro governou por quatro vezes, num gesto simbólico para o aliado.

Ministros palacianos, contudo, continuam a informar aos deputados do PP que a principal proposta na mesa de Lula para contemplar o partido é a divisão do Desenvolvimento Social e que a ideia não está descartada, embora ele tenha ficado de decidir apenas na próxima semana, quando volta da África.

Dias ficaria com o Bolsa Família e os programas voltados ao combate à fome, enquanto Fufuca comandaria os demais programas sociais do ministério e a liberação das emendas. Outra possibilidade, menos provável, é Dias voltar ao Senado e o Bolsa Família ficar com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, comandado por Esther Dweck.

Republicanos

Fontes do governo dizem que também não está confirmado ainda que o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) assumirá o Ministério dos Portos e Aeroportos no lugar de Márcio França (PSB). Embora essa fosse a hipótese considerada mais provável na sexta-feira, o presidente ainda não bateu o martelo e deve voltar a negociar com a sigla.

O impasse é França perderia um ministério importante para sua base eleitoral, com o comando do Porto de Santos, para o partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu adversário.

Por isso, há a defesa de que “Silvinho” seja nomeado para o Ministério da Ciência e Tecnologia e a atual ministra, Luciana Santos (PCdoB), seja deslocada para o Ministério das Mulheres ou para o futuro Ministério da Micro e Pequena Empresa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/08/2023

ARGENTINA E CHINA TRAZEM PERSPECTIVA MENOS FAVORÁVEL À EXPORTAÇÃO, DIZ ICOMEX, DA FGV

Além da esperada desaceleração da economia chinesa, os possíveis impactos negativos do cenário argentino mais turbulento podem afetar as exportações brasileiras já este ano

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo

O superávit de US\$ 53,6 bilhões da balança comercial até julho foi recorde na série histórica de dados oficiais desde 1998, resultado de aumento no volume exportado e recuo na quantidade importada, com preços em queda nos dois fluxos. Para o decorrer do segundo semestre, porém, a perspectiva é menos favorável.

Além da esperada desaceleração da economia chinesa, possíveis impactos negativos do cenário mais turbulento da Argentina podem afetar as exportações brasileiras já este ano.



Porto em Xangai, China — Foto: Nelson Ching/Bloomberg

Segundo dados do Indicador de Comércio Exterior (Icomex) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o volume exportado em julho cresceu 13,3% e o importado caiu 5,3%, na comparação com igual mês de 2022.

No mesmo período, os preços de produtos embarcados recuaram 14,7% enquanto o das compras internas caiu 13,6%. A combinação resultou em queda de 3,1% na receita de exportações e de 18,2% no desembolso com importados.

De janeiro a julho o comportamento se repete. O volume exportado cresceu 9% o importado caiu 1,2%. Preços caíram 7,7% e 7,6%, respectivamente. O quadro levou a valor de exportação praticamente estável, com alta de 0,1%, e queda de 8,8% nos desembarques.

Os resultados para as exportações dependem principalmente do desempenho das commodities, que explicam cerca de 70% das vendas externas do país. Na comparação mensal, o volume exportado cresceu 16,8% e na do acumulado do ano até julho subiu 9,8%.

Para as exportações do segundo semestre, diz Lia Valls, coordenadora da pesquisa do Icomex, uma das fontes de preocupação é a Argentina. Até julho, as exportações de automóveis e peças continuavam crescendo e responderam por 19% das exportações brasileiras para a Argentina.

A seca no país introduziu um novo produto na pauta brasileira para o vizinho, destaca: a soja em grão, com participação de 16% no acumulado até julho. No ano de 2022, as exportações de soja foram de US\$ 181 milhões e em 2023, até julho, de US\$ 1,7 bilhões.

Para o segundo semestre, porém, destaca Lia, a exportação brasileira de soja perde força em razão da sazonalidade da safra de grãos. Além disso, aponta, as turbulências mais recentes associadas ao período eleitoral levaram a uma piora do cenário econômico com medidas de proteção cambial. “Isso deve deixar os grandes exportadores mais cautelosos nos embarques aos argentinos.”

Com o resultado favorável ao candidato de direita Javier Milei nas prévias argentinas, começam a surgir novas preocupações, diz a economista. Embora não se saiba ainda quem vai ganhar as eleições, diz, há a promessa de saída da Argentina do Mercosul. Isso levaria à perda do acesso preferencial de mercado, além de criar um cenário de instabilidade e incertezas quanto aos possíveis acordos negociados com outros países, como o acordo Mercosul-União Europeia.

Outro ponto de atenção nas exportações, é o quadro da economia chinesa, diz Lia no boletim do Icomex, com o viés de baixa nas projeções de crescimento do país, influenciada com a redução dos investimentos em construção, queda nas exportações e deflação, o que sinaliza a fraca demanda doméstica.

Ressalta-se, porém, que as estimativas de um crescimento do PIB ao redor de 5% já era a estimativa oficial do governo chinês. Há um relativo consenso entre as análises sobre os possíveis impactos sobre as exportações brasileiras. As exportações da agropecuária seguiriam o comportamento sazonal esperado, com desaceleração do crescimento no segundo semestre.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/08/2023



PRODUTOR ESTÁ CONFIANTE EM NOVA RODADA DE AUMENTO DE PREÇO DA CELULOSE DE FIBRA CURTA

Demanda aquecida na China e preço atual menor que custo de produção dão suporte à alta
Por Stella Fontes — De São Paulo

A aproximação da temporada sazonalmente mais forte para as vendas de papel, estoques em queda, novas paradas não programadas em fábricas de celulose e a recuperação da entrada de pedidos da Ásia, a despeito de a atividade na Europa permanecer menos aquecida, encorajaram os produtores de fibra curta a perseguir uma nova rodada de aumento de preços, desta vez válida para todas as regiões, a partir de setembro.

Analistas questionaram a capacidade de aplicação integral, dada a fraqueza da demanda em certos mercados, notadamente na Europa. Mas, do lado dos produtores, a leitura é que há espaço para os novos reajustes. “Na China, o novo aumento deve passar facilmente. A demanda segue forte”, disse uma fonte da indústria.

Em comum a todos os mercados do Hemisfério Norte há o elevado volume de produção – cerca de 8 milhões de toneladas, ou 20% da capacidade instalada – rodando hoje com custo maior que preço.

“Outro fator que justifica a alta global (até agosto os reajustes estavam concentrados na Ásia) é o fato de que os preços na Europa e Américas caíram mais lentamente que na China, mas hoje estão com valores abaixo desse mercado”, disse outra fonte do setor. Na Europa, os preços rondavam a mínima em oito anos na última semana.

Na semana passada, a Suzano, maior produtora mundial de celulose de mercado, informou a clientes na Ásia, Europa e Américas que vai elevar entre US\$ 20 e US\$ 50 por tonelada o preço da fibra de eucalipto no próximo mês, conforme a região, numa indicação de que a relativa dificuldade de aplicação do reajuste de julho para o mercado chinês não a intimidou.

Com os aumentos, preço deve chegar a US\$ 550 na China e US\$ 850 a tonelada na Europa

Em nota, a Klabin informou que “acompanhará os recentes anúncios de aumento de preço” em todas as regiões.

Na Ásia, o reajuste será de US\$ 20, levando o preço líquido nos portos chineses para US\$ 550 por tonelada. Na Europa, o aumento anunciado chega a US\$ 50, resultando em preço lista de US\$ 850 por tonelada. Nas Américas, a alta é de US\$ 50, com preço lista chegando a US\$ 1.040 por tonelada se integralmente aplicado.

É o primeiro reajuste para os mercados europeu e americano em cerca de um ano, e o terceiro para o mercado asiático.

Ao comentar os resultados do segundo trimestre, o diretor comercial de celulose da Suzano, Leonardo Grimaldi, disse que a entrada de pedidos foi forte na China e que a Europa seguia como ponto de atenção. Ali, os produtores tentaram implementar um segundo reajuste consecutivo de US\$ 30 por tonelada, que acabou sendo aplicado em duas fases, em julho e em agosto.

Olhando para a frente, comentou o executivo, os preços da celulose permanecem abaixo do custo marginal de produção, o que leva esses produtores a queimar caixa. “A demanda na Europa permanece como foco de nossa atenção, mas há consenso de que o processo de desestocagem vai acabar logo. Dessa forma, a demanda no segundo semestre deve ser maior”, afirmou.

Na China, a demanda deve permanecer saudável também por causa da sazonalidade e da parada inesperada na fábrica de Zhanjiang da Shandong Chenming Paper, produtora integrada local, com reflexo positivo na procura pela fibra comercializada na revenda. A unidade seguia parada até a semana passada.

De acordo com o diretor comercial de celulose da Klabin, Alexandre Nicolini, a China já começava a emitir “pequenos sinais positivos”. Segundo o executivo, ao comentar os resultados do segundo trimestre, embora os estoques seguissem elevados nos portos chineses, o giro era maior diante de alguma retomada do setor papeleiro.

“A produção doméstica de papel tem melhorado face à demanda pouco mais forte nos dois últimos meses. Além disso, há alguma recomposição dos estoques de celulose nas mãos dos produtores de papéis, que estão baixos”, disse.

Na Europa, outro provável gatilho para o reajuste está relacionado ao fato de o “spread” entre fibra longa e fibra curta ter chegado ao nível recorde US\$ 358 por tonelada, segundo cálculo da StoneX.

Nessas condições, o consumo de fibra curta é economicamente mais viável e estimula a substituição, mesmo que temporária, de fibra longa pela curta, dando suporte aos preços desta última. “Há diferentes sinais que indicam que o movimento de forte queda da BHKP (fibra curta) na Europa deve estar se aproximando de seu final”, indicou a corretora de derivativos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/08/2023

SEGURANÇA, CORRUPÇÃO, AMBIENTE DE NEGÓCIOS E CONECTIVIDADE DERRUBAM CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO BRASIL

É o que aponta o novo Índice de Capacidades Institucionais, concebido e desenvolvido pelo Centro de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral (FDC)

Por Anaís Fernandes, Valor — São Paulo



Edifícios na região da Faria Lima: São Paulo lidera cinturão de Estados com maior capacidade institucional — Foto: Sérgio Souza/B32/Divulgação

A qualidade da segurança pública e o controle da corrupção, bem como a performance da operação governamental, o ambiente de negócios e a conectividade são os elementos de maior entrave para que o Brasil tenha uma capacidade institucional melhor.

É o que aponta o novo Índice de Capacidades Institucionais, concebido e desenvolvido pelo Centro de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral (FDC) e apresentado nesta terça-feira(22), no 12º congresso do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad).

O índice tem como base 68 indicadores, que compõem três grandes esferas de atuação: instituições (accountability; qualidade do judiciário, da segurança pública, da regulação e da informação governamental; controle de corrupção); gestão (performance governamental; governo aberto; ambiente de negócios); e desenvolvimento (social; conectividade; infraestrutura; qualidade ambiental, considerando meio ambiente, poluição e mudança climática). Foram produzidas análises para 152 países e para os Estados brasileiros.

Acima da América Latina, mas abaixo da OCDE

A capacidade institucional do Brasil (índice de 0,610) supera a de outros países de renda média-alta (0,583) e da América Latina como um todo (0,545), mas está abaixo da de países da OCDE (0,679). Também fica abaixo da média dos países da América Latina que compõem a OCDE (0,693).

“O componente ‘Qualidade das Instituições’ obteve a menor pontuação no modelo, o que sugere que a baixa capacidade das instituições brasileiras está impactando negativamente o bem-estar, apesar do nível de arrecadação e gasto público do país”, apontam Humberto Falcão Martins e Ettore de

Carvalho Oriol, da FDC, e Paulo Roberto Gitirana de Araújo Guerra, responsáveis pelo desenvolvimento do índice.

Para eles, os resultados mostram que o Brasil está sujeito à “armadilha da renda média”, ou seja, o país atingiu certo grau de desenvolvimento, mas permanece nesse patamar por um longo período e tem dificuldade de avançar.

Identificando o percentual de impacto de cada componente, é possível projetar, segundo ele, o que pode melhorar o desenvolvimento de um determinado Estado ou país. Um exemplo já identificado, dizem, é que a melhoria de 18% do ambiente de negócio tem um impacto positivo de 2% sobre o bem-estar.

Pode parecer pouco, explica Martins, mas o bem-estar é muito abrangente e pode envolver inclusive indicadores como o PIB, o que demonstra que o percentual é significativo. Mais da metade dos Estados brasileiros também tem indicador abaixo da média dos 27 entes, segundo a FDC.

Cinturão Estados com maior Capacidade Institucional

“Chama a atenção a formação de um cinturão ou de um corredor de Estados com maior Capacidade Institucional em torno de São Paulo, o Estado mais rico da federação. Além disso, também é observada a formação de outro grupo com menor capacidade nas regiões Norte e Nordeste do país”, afirmam os pesquisadores.

No Piauí, por exemplo, todos os indicadores estão abaixo da média, “evidenciando problemas generalizados em todas as áreas”, dizem. No Maranhão, Estado com a segunda maior quantidade de indicadores abaixo da média, apenas a questão da transparência demonstra desempenho melhor.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/08/2023

GOVERNO PREVÊ ‘CAOS’ SE TAXAÇÃO DE OFFSHORES NÃO FOR VOTADA

Caso MP não seja aprovada, ampliação da isenção do IR ficaria comprometida

Por Guilherme Pimenta, Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto — De Brasília



Haddad: ministro da Fazenda tem dito publicamente que “não há plano B” caso a medida, que perde efeito no dia 28 de agosto, não avance no Legislativo — Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil - 2/8/2023

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia que pode ser criado um “caos jurídico e político” caso o Congresso Nacional não aprove nesta semana a medida provisória da tributação de offshores e trusts, que serve para compensar a ampliação de isenção da tabela do Imposto de Renda (IR), em vigor desde o dia

1º de maio, para R\$ 2,64 mil mensais. Isso fez com que lideranças tanto da equipe econômica como do Congresso Nacional iniciassem uma “estratégia de comunicação” nas redes sociais com o intuito de convencer a opinião pública às vésperas do vencimento da medida e, assim, pressionar os parlamentares pela aprovação do texto.

A Fazenda vê o cenário com extrema preocupação, já que líderes do parlamento, capitaneados pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), têm defendido que a medida deve ser convertida em projeto de lei (PL) e, portanto, não deve ser tema de MP.

O principal temor do governo é: caso seja aprovada somente a nova faixa de isenção do IR, sem a medida de compensação, Lula não teria muitas alternativas. No pior cenário, seria obrigado a vetar a medida, com todo o ônus político de a tabela do IR retornar aos patamares anteriores, sob pena de

infração à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nesse caso, o trabalhador sentiria o efeito imediatamente no mês de setembro, já que passaria a valer os patamares antigos de isenção do IR e, assim, teria de voltar a recolher mais na fonte.

Outra saída possível seria a Fazenda editar uma nova MP para criar impostos ou elevar alíquotas para compensar os efeitos da isenção do IR, tanto em relação ao passado quanto ao futuro. “Estão colocando uma faca no pescoço do governo”, criticou uma fonte, sob a condição de anonimato. “Há uma situação caótica sendo criada tanto juridicamente quanto politicamente”, complementou.

Técnicos do governo lembram, inclusive, que mesmo que a medida caia e não haja mais isenção do IR para frente, o governo Lula teria obrigatoriamente de encontrar fontes arrecadatórias para compensar os quatro meses da nova tabela do IR, já que a Fazenda aguardava como recurso compensatório, para 2023, os valores que seriam regularizados por detentores de capital no exterior somente após a aprovação no Congresso.

Frente a esse cenário, técnicos da Fazenda ainda negociam possíveis flexibilizações às regras na tentativa de convencer o parlamento e aprová-la ainda esta semana, já que o prazo para perder efeitos é 28 de agosto. O ministro Fernando Haddad tem dito publicamente que “não há plano B” para o caso de a medida que taxa offshores não avançar, mas lideranças governistas apontam que o ministro tenta ao máximo com que o parlamento aprove a MP. Do contrário, demonstraria que o governo “jogou a toalha”.

“Não dá para aceitar que um trabalhador pague até 27,5% sobre a renda do trabalho, na fonte, 15% de sobre a renda do seu fundo de investimentos, também na fonte, em come-cotas, e um milionário ou bilionário não pague um centavo sobre a renda financeira no exterior e aqui também, nos fundos fechados”, afirmou uma fonte.

No início do mês, a Comissão Especial aprovou a MP que amplia a isenção do imposto de renda para R\$ 2,64 mil mensais, em texto do deputado Merlong Solano (PP-PI). O governo trabalhou para incorporar a tributação das offshores à medida provisória com 19 mudanças, na intenção de agilizar a votação e evitar que a correção da tabela do imposto de renda perdesse a validade.

“Trabalhador paga imposto. E os super ricos ficam na boa?”

— *Gleisi Hoffmann*

O movimento do governo de incorporar ao mesmo texto do IR a tributação das offshores, no entanto, irritou Lira. Aprofundou o descontentamento o fato de, dias depois, Haddad ter feito críticas ao “poder” da Câmara e dizer que os deputados não poderiam utilizar seu poder para “humilhar o Executivo e o Senado”.

Pacheco, por sua vez, chegou a segurar o envio à Câmara para decidir se excluía esse ponto da MP do salário mínimo, mas a interpretação jurídica foi de que só cabia essa análise quando o texto chegasse no plenário. O governo inclusive tentou tratar do assunto por meio de uma medida provisória própria, mas a comissão de deputados e senadores que deveria debate-la não foi sequer instalada. O governo tentou quatro vezes marcar a sessão para iniciar os trabalhos, mas não obteve apoio do Centrão.

Lira e deputados do Centrão argumentam que a taxa de rendimentos no exterior seria um “aumento da carga tributária” e que já avisaram ao governo que não concordam com alta de impostos. O momento para votação é ruim também já que a MP será analisada em meio ao impasse na reforma ministerial com PP e Republicanos e reclamações dos parlamentares sobre a demora no pagamento de emendas orçamentárias.

Nessa segunda-feira (21), a Receita Federal postou um vídeo no qual o secretário Robinson Barreirinhas defendia a medida, mas logo depois a publicação foi excluída. “Aumentar a isenção de imposto de renda para quem precisa vai beneficiar mais de 38 milhões de brasileiros. Para isso, a ideia é que 0,04% dos brasileiros com dinheiro em paraísos fiscais sejam tributados”, apontava o



Fisco no texto do vídeo. Barreirinhas, na gravação, defendia que “para compensar” a isenção do IR, o governo “propôs exatamente que 0,04% dos brasileiros” recolham impostos pelos rendimentos no exterior. “Muito pouca gente, que tem milhões de reais no exterior, às vezes mais de R\$ 1 bilhão, cada um”, dizia o secretário.

Presidente do PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) também cobrou a “cúpula do Congresso” por estar contra tributar offshores. “Isso não é aumento de carga tributária. É cobrar imposto de quem não paga nada. Quem investe no Brasil paga. Trabalhador paga imposto. E os super ricos ficam na boa?”, questionou nas redes sociais.

A tributação das offshores e a correção da tabela do imposto de renda estão sendo negociadas e devem ter uma solução nesta terça-feira, disse o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). Ele não quis antecipar a proposta que fez a Lira, mas afirmou que a prioridade é votar o projeto do novo arcabouço fiscal do país e depois as MPs do salário mínimo e do reajuste dos servidores públicos.

Terminou de forma inconclusiva reunião entre o presidente da Câmara, líderes de partidos da base e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na noite de ontem. Novo encontro ocorrerá hoje.

Lira informou que colocará o projeto em votação até amanhã, antes do prazo necessário para o governo enviar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, mas a tendência, segundo fontes, é que os deputados rejeitem a possibilidade de que o governo inclua cerca de R\$ 32 bilhões como “despesas condicionadas”.

O projeto do novo arcabouço fiscal permite que o Executivo eleve as despesas de um ano para o outro em montante equivalente à inflação mais 70% do incremento de seus receitas.

Os deputados, contudo, mudaram a data de aferição da inflação, para que o cálculo seja feito com base no aumento dos preços entre julho a junho, mas permitiram que, no primeiro ano de vigência da nova regra, seja utilizada a inflação estimada do fim do ano. No Senado, o governo conseguiu aprovar emenda para que a LOA já seja enviada com esse adicional.

A Câmara, agora, precisa analisar esta emenda e decidir se autoriza o governo a enviar a LOA com os valores adicionais ou se obriga o Executivo a fazer o corte agora para aguardar as estimativas da inflação em dezembro.

Segundo um dos deputados que participou da reunião, ainda não há decisão, mas a maioria dos líderes falou contra aceitar a emenda por entender que é mais fácil incrementar as despesas em dezembro do que cortá-las se a inflação ficar abaixo do esperado. O governo estima que o IPCA ficará em 5,11% e o mercado, em 4,95%, conforme o Boletim Focus, do Banco Central.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 22/08/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PARA MÁRCIO FRANÇA, SETOR NAVAL SALTA PARA O MELHOR DOS ANOS

Da Redação ESPECIAL NAVALSHORE 22/08/2023 - 21:17

Afirmção é do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, durante cerimônia de abertura da Navalshore, no Rio de Janeiro

Evento reúne cadeia da indústria naval em momento de novos investimentos e projetos.

Transpetro anuncia encomenda de 25 navios, com entregas a partir de 2025.



Ministro Márcio França - Foto: Tania Rêgo/Agência Brasil

Otimismo e a forte presença de empresários do setor naval marcaram a abertura oficial da 17ª edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Marítima nesta terça (22). Considerado o principal encontro da indústria marítima da América do Sul, o evento reúne armadores, estaleiros, fabricantes e fornecedores do mercado na Expomag, no Rio de Janeiro, até o dia 24 de agosto, para fomentar o debate e os negócios nesse ecossistema.

O evento, que reúne mais de 90 marcas expositoras e tem previsão de receber um público estimado em 10 mil profissionais, coincide com projetos e investimentos já confirmados que começam a aquecer a demanda nacional por novas embarcações dedicadas à atividade offshore e ao transporte marítimo de cargas bem como fomentar o movimento de definir novas estratégias para atingir, até 2050, a meta Net Zero Carbon (emissões zero) na indústria marítima.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, falou durante a cerimônia de abertura. A presença dele reforça os bons ventos que sopram em direção à indústria marítima, que está em ascensão e com boas perspectivas para os próximos anos. Há 15 dias, o governo federal confirmou a inclusão do setor de petróleo e gás no PAC 3 (Programa de Aceleração do Crescimento). O presidente Lula declarou recentemente que planeja incentivar a construção de navios em solo brasileiro por meio de investimentos da Petrobras. Os investimentos podem chegar a R\$ 323 bilhões.

“O presidente Lula incentiva o desenvolvimento do setor naval desde o seu primeiro governo. E agora há também uma posição estratégica que atende tanto ao agronegócio quanto aos setores de construção naval, defesa e transporte. Depois de uma estagnação de muitos anos, o setor naval já salta para o melhor dos anos, com investimentos e redução no valor das taxas de importação e de exportação, resultando em um crescimento de 6% nos primeiros seis meses do ano, ficando acima da média das outras atividades”, disse o ministro Márcio França.

O setor naval ainda conta com recursos oriundos dos planos de investimento da Petrobras, cujo Plano Estratégico 2023-2027 prevê a injeção de US\$ 78 bilhões, para colocar em operação 14 novas plataformas nos próximos cinco anos. São quase US\$ 100 bilhões previstos para serem investidos em projetos no período. Segundo a Petrobras, o objetivo é ampliar em 15% o volume de investimentos ao longo dos próximos cinco anos, além de injetar cerca de US\$ 20 bilhões em novos afretamentos de plataformas.

O presidente da Transpetro, Sergio Bacci, também se mostrou confiante na retomada do setor. "Estar na Navalshore nesta nova fase de investimentos e de retomada da ampliação da própria Transpetro é fundamental. Nos próximos 25 anos, seremos reconhecidos [a Transpetro] como uma companhia conectada com um mundo sustentável rumo à transição energética justa", declarou o presidente da subsidiária, que prepara a divulgação de um edital para a retomada de contratações de embarcações.

Bacci afirmou que recuperar o papel estratégico da Transpetro como braço logístico da Petrobras é uma das principais metas de sua gestão. Para isso planeja, como referência no mercado de óleo e gás, ampliar os negócios da subsidiária, prestando serviços de logística para outros países na margem equatorial. E também realizar parcerias com países asiáticos, citando a Coreia do Sul e a China como exemplos.

Ainda segundo Bacci, é preciso haver uma política de estado de longo prazo para fortalecer a indústria naval offshore. Isso inclui uma linha de crédito acessível e regras adequadas de conteúdo local, além de encomendas públicas e privadas de longo prazo.



“Estamos desenvolvendo em conjunto com a Petrobras o programa TP25, que celebra os 25 anos da empresa. Vamos construir 25 navios no Brasil e vamos bater quilha [cerimônia que marca o início da construção de um navio] em alguns navios da Transpetro em 2025, que vão apoiar a cabotagem e ajudar no equilíbrio de afretamentos dos navios da Petrobras. Mas não será a qualquer preço, nem será a qualquer prazo, porque nós não podemos errar de novo”, disse o presidente da empresa, ao relembrar alguns erros estratégicos de um passado recente da indústria.

O prazo para a construção das embarcações, inicialmente, será de oito anos. A estimativa é que seja necessário um investimento preliminar de R\$ 12,5 bilhões para cumprir essa meta, o que também dependerá, segundo o presidente da Transpetro, de concorrências e de modelos de financiamento e garantias contratuais. Tudo com fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Bacci prometeu o lançamento das licitações para janeiro de 2024, para navios gaseiros, embarcações para transportes de derivados claros e de derivados escuros.

Além do ministro Márcio França e do presidente da Transpetro, Sergio Bacci, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) Ariovaldo Rocha; a vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma)/ Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), Lilian Schaefer; o diretor de gestão de Programas da Marinha, Celso Mizutani Koga; o secretário de Estado de Energia e Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro, Hugo Leal; e o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, compuseram a mesa de autoridades durante a abertura.

Na feira, estaleiros, fornecedores de navieças e mais de 90 empresas nacionais e internacionais são expositoras. Entre alguns nomes estão Wartsila, Rolls Royce, International Akzonobel, Kongsberg, Cummins, Mitsubishi Marine, Yanmar e Sotreq, entre outras. Atlântico Sul, Rio Maguari, Belov, Mauá e o Estaleiro São Miguel também representam a cadeia da indústria naval presente ao evento.

Oportunidades de negócios - O CEO da Atlântico Sul Heavy Industry Solutions, um dos principais estaleiros do país e expositor da Navalshore, esteve presente à cerimônia e comentou que a perspectiva de retomada da indústria naval, em particular para atender às novas demandas do setor de óleo e gás, será uma grande oportunidade para alavancar os negócios do Atlântico Sul.

Segundo Brisolla, o Atlântico Sul, em recuperação judicial, vem se preparando para esse novo momento de desafios. “Mantivemos o estaleiro operacional, investindo em reparos especializados e no desenvolvimento de novas frentes de produção, com a manutenção dos ativos e capacitação de mão de obra.” Desde o ano passado, a companhia já vem num processo de reposicionamento, intensificando os serviços de reparo de navios e começando a operar em outros segmentos, como os de construção de grandes estruturas metálicas onshore e offshore, além de continuar prospectando o mercado de torres de energia eólica. “Por exemplo, estamos atuando na fabricação de grandes estruturas metálicas (subsea) desenhadas especialmente para apoio de complexos sistemas de plataformas de petróleo.”

Ainda segundo Brisolla, só este ano o Atlântico Sul já efetuou o reparo de dez navios — desde 2020, foram ao todo 43 embarcações reparadas, entre navios de cabotagem de grande porte, navios de apoio offshore e outros —, utilizando para isso o dique seco a plena capacidade. Para toda a operação, a empresa dispõe atualmente de cerca de mil trabalhadores contratados, treinados e plenamente capacitados.

Comitiva coreana - A Coréia do Sul começou a construir navios nos anos 1970, quando o Brasil era o segundo no ranking mundial do setor. Era uma época de bonança para o mercado nacional, mas que não se repetiu nas três décadas seguintes, quando o setor no Brasil mergulhou em uma crise que quase fez a indústria naval naufragar. A Coréia, em caminho distinto, saltou para a liderança global. O rápido crescimento sul-coreano foi resultado de uma política de governo.



O resultado é que agora o mercado brasileiro olha para a Coreia do Sul como benchmarking. Dos dez maiores estaleiros mundiais atualmente, sete são sul-coreanos. O país asiático também está de olho no pólo naval da Zona Franca de Manaus (ZFM). Representantes coreanos ficaram impressionados com a ZFM durante a Navalshore Amazônia — que aconteceu pela primeira vez em Manaus, em maio. Os coreanos demonstraram grande interesse em instalar na capital amazonense um projeto industrial para construção de um estaleiro.

O país asiático vem tirando vantagem de suas características geográficas como península asiática. Para atrair investidores internacionais, o governo ofereceu incentivos fiscais, investiu em infraestrutura, induziu a liberação de financiamentos e construiu centros de treinamento para qualificar mão de obra. Mais ou menos o que o Brasil faz no momento.

Propulsão nuclear - A propulsão nuclear está ganhando interesse do mundo marítimo no cenário de desafios crescentes com relação ao aumento da produção de amônia verde, e-metanol e hidrogênio, que se acredita serem a chave para a descarbonização do transporte marítimo. Alguns dos principais benefícios que a tecnologia traz são a independência dos preços voláteis do combustível.

Além do fato de que operar com energia nuclear permitiria que os navios abandonassem a prática de vapor lento e aumentassem a eficiência da embarcação, navegando mais rápido e produzindo zero emissões.

Expositora da Navalshore, a empresa de construção naval Korea Shipbuilding & Offshore Engineering (KSOE) vem saindo na frente, com o projeto de um pequeno navio movido a partir de um pequenos reatores modulares (SMR, na sigla em inglês).

A 17ª edição da Navalshore - Feira e Conferência da Indústria Marítima continua nesta quarta-feira, com intensa programação de palestras, networking e lançamentos de soluções, equipamentos e tecnologias para a indústria naval.

A Navalshore tem os patrocínios Master da Transpetro e Platina da Internacional AkzoNobel.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/08/2023



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 22/08/2023